

Bruno Malheiro

GEOGRAFIAS DO BOLSONARISMO



amazonia
LATITUDE
press

Bruno Malheiro

GEOGRAFIAS DO BOLSONARISMO

Entre a expansão das *commodities*,
do negacionismo e
da fé evangélica no Brasil





Créditos

© Amazônia Latitude Press, 2023

SÉRIE - AVISO DE INCÊNDIO

Capa ~ Marcos Colón & Fabricio Vinhas

Preparação ~ Karen Bandeira, Marcos Colón, Máximo Lustosa

Revisão ~ Karen Bandeira, Marcos Colón

Equipe Amazônia Latitude Press

Direção editorial ~ Marcos Colón

Coordenação geral ~ Marcos Colón

Direção de arte ~ Fabricio Vinhas

Editorial ~ Leopoldo Bernucci, Lúcio Flávio Pinto, Jeffrey Hoelle

Edição de texto ~ Karen Bandeira, Marcos Colón, Máximo Lustosa

Colaboração técnica ~ Helbert Michel P. de Oliveira & Alessandra Rebecchi

Nesta edição, respeitou-se o novo Acordo ortográfico da língua Portuguesa.

Amazônia Latitude Press

www.amazonialatitude.com

alatitudepress@gmail.com

 @alatitudepress

Malheiro, Bruno

**Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das commodities,
do negacionismo e da fé evangélica no Brasil / Prefácio Rogério
Haesbaert.**

— Rio de Janeiro: Amazônia Latitude Press, 2022.

96 pp.

ISBN nº 978-65-980050-0-9

1. Geografia do Bolsonarismo. 2. Acumulação por espoliação.
3. Negacionismo. 4. Expansão evangélica. 5. Commodities. I. Título.

É proibida a reprodução, total ou parcial, do conteúdo sem prévia autorização do autor e da editora.

Em memória de Bruno Pereira e Dom Phillips

Que as coisas continuem como antes, eis a catástrofe!

Walter Benjamin

Sumário

10	Prefácio Capitalismo de Guerra e Geografias Binárias por Rogério Haesbaert
16	Introdução
20	Capítulo 1 A geografia de um capitalismo de guerra: a expansão das <i>commodities</i> no Brasil e sua relação com o bolsonarismo
64	Capítulo 2 A geografia do negacionismo no Brasil: a pandemia e o bolsonarismo
74	Capítulo 3 A geografia do Brasil evangélico e o bolsonarismo
82	Para (re)pensar o Brasil por outras geografias
88	As Geografias do Bolsonarismo, breve resumo
91	Referências

Prefácio

CAPITALISMO DE GUERRA E GEOGRAFIAS BINÁRIAS

por Rogério Haesbaert

Rogério Haesbaert é geógrafo e doutor em Geografia, com estágio pós-doutoral na Open University, na Inglaterra, professor dos programas de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidad de Buenos Aires (UBA), e autor, entre outros de *Des-territorialização e Identidade*, *Territórios Alternativos*, *Território e Descolonialidade*, *O Mito da Desterritorialização e Regional-Global* (os dois últimos também traduzidos para o espanhol).

Em “Geografias do Bolsonarismo: entre a expansão das *commodities*, do negacionismo e da fé evangélica no Brasil”, Bruno Malheiro realiza um trabalho árduo, mas imprescindível: revelar as bases geográficas e territoriais, por meio das quais se alicerçou o bolsonarismo para sua estruturação e difusão no Brasil – se alicerçou e se alicerça pois, infelizmente, como sabemos, a extrema-direita se consolidou no país e, depois de se fortalecer do primeiro para o segundo turno, e quase vencer as últimas eleições, não promete nos deixar tão cedo. Bruno Malheiro tem todas as qualificações para realizar essa empreitada, grande conhecedor que é da realidade brasileira a partir de seu “lugar de fala”, na condição de intelectual amazônico que vivencia no cotidiano este verdadeiro laboratório de conflitos e contradições nacionais representado pela região sudeste do Pará, na encruzilhada entre neoextrativismos e espoliações de toda ordem.

A Geografia, já dizia o geógrafo Yves Lacoste, serve em primeiro lugar para fazer a guerra – ou, mais amplamente, a política, podemos dizer – ainda mais num “capitalismo de guerra”, como denomina Malheiro, em que o Estado é comandado pelo interesse empresarial, privado, e onde, no final das contas, a sobrevivência e a segurança ficam cada vez mais a cargo do “cada um por si” – e somente “Deus” por todos... Mas não podemos deixar essa geografia apenas nas mãos da direita, como demonstraram geopolíticos ditatoriais como Pinochet e Golbery. Nessa geografia, para uma política econômica neoliberal de guerra é preciso conhecer o terreno, explorá-lo, destruir e reconstruir territórios o tempo inteiro. Por isso, Bruno Malheiro, por meio de inúmeros dados e

mapeamentos que esclarecem e assombram ao mesmo tempo, nos mostra a extensão e profundidade com que o bolsonarismo se revela, de forma concreta, redesenhando o espaço brasileiro através de um eixo Sul-Sudeste-Norte, passando pelo Centro-Oeste. Não que já não houvesse uma base prévia para o seu surgimento e sua expansão, num país marcado pelo autoritarismo expropriador, legado da escravidão, e pela desigualdade cujo combate nunca foi prioridade – mas esses traços foram exacerbados.

O bolsonarismo legitima e dá voz àqueles que, até então mais tímidos, não ousavam bradar seu nome. Hoje, até mesmo o mais descarado negacionismo (da ciência, como mostra o autor em relação à pandemia de Covid) vem à tona com uma desenvoltura extraordinária. Tornou-se ponto pacífico nos movimentos de extrema-direita negar a realidade brutal, produto do próprio sistema, como uma espécie de fuga pela negação da gravidade do que está se passando, negando, assim, também, toda responsabilidade sobre a tragédia e abrindo flancos para pilhar egoisticamente o espólio que ainda nos resta.

Há toda uma (ou várias) geografia(s) que também alicerça(m) a extrema-direita, especialmente nos espaços dominados por esse capitalismo de guerra que se baseia na violência e no combate a um inimigo constantemente recriado e alimentado pelos discursos de ódio. Sob o bolsonarismo se radicaliza a lógica colonial do nós (da nossa “civilização”) contra eles e dos binarismos que não oferecem nenhuma margem para o complexo e o contraditório. Viajando pelo

interior do Sul e por outras regiões para onde muitos sulistas “exportaram” o mesmo modelo, especialmente os cerrados da soja, muitas vezes parece que a direita, extrema ou não, semeia paisagens do mesmo, de uma homogeneidade asséptica onde não só a diversidade natural é destruída como, junto a ela, as diferenças culturais são estigmatizadas e a desigualdade socioeconômica, produto e alimentadora do sistema, é invisibilizada – nas cidades do agronegócio, por exemplo, a pobreza é sempre ocultada, “longe, do outro lado da estrada”. A região Nordeste (e parte do Norte, como outro fruto de uma geografia binária), a partir de interpretações ardilosas de dados como os de alguns mapas deste livro, é rotulada, menosprezada e até mesmo proposta como um Brasil à parte, a ser definitivamente separado.

Toda uma geografia cotidiana se redesenha até mesmo no interior das famílias, em práticas de apartação socioespacial em que o diálogo é substituído por todo tipo de arma. Numa situação de permanente tensão para combater o “inferior” e o diferente, estamos sempre “armados”. Como bem nos mostra Malheiro, o fortalecimento do armamentismo em termos concretos é uma das estratégias fundamentais da extrema-direita. Quando se perde a força dos argumentos, ou simplesmente se nega voz ao outro, a única arma é a violência bruta, como tão bem conhecemos especialmente em nossas periferias urbanas e nas periferias (às vezes tão centrais) do próprio Estado brasileiro, Amazônia à frente. Tudo isso, assim, significa o revigoramento das políticas de confronto, a necessidade vital dos ultraconservadores de um retorno às definições claras, binárias, que regem uma ordem muito

mais fácil de entender e dominar, o horror à complexidade, à mescla, ao trans – no sentido, por exemplo, da possibilidade/ do convite para transitar e conhecer territorialidades/culturas distintas da nossa.

Mesmo demonstrando a força da dimensão material (econômico-política), Malheiro também está atento à força da produção de subjetividades específicas nesse processo, como aquela denominada de “armamentista” representada pela expansão dos clubes de tiro e, na “agenda cultural” bolsonarista, através da música, com destaque para a música sertaneja e toda a economia política a ela vinculada. Mas o que adquire maior peso nesse sentido é a religiosidade, especialmente aquela vinculada às igrejas evangélicas neopentecostais, em sua crescente difusão tanto nas grandes periferias urbanas quanto nas pequenas e médias cidades onde o bolsonarismo se consolidou. Ao lado dessas fontes de disseminação ideológica não podemos esquecer, ainda que sob uma geografia menos explícita, as mídias de internet, grande instrumento do bolsonarismo na propagação do negacionismo social (sanitário, como no caso da pandemia aqui abordado), político-econômico e ambiental. Essa fábrica de *fake news* é articulada por verdadeiras milícias digitais que se agregam ao amplo sistema miliciano de poder alimentado pelo bolsonarismo, da periferia de nossas metrópoles ao arco de desmatamento, mineração ilegal e grilagem de terras na Amazônia e no Centro-Oeste, tão bem mostrado neste livro.

As geografias do bolsonarismo e, mais além, do neoliberalismo necropolítico em uma espécie de guerra

civil (como nos advertem Dardot/Laval e outros no livro “A escolha da guerra civil”), na competição e acumulação “empreendedora” sem limites – são aqui apresentadas em suas diversas escalas de construção, do nível municipal ao nacional. Impregna-se todo um modo de vida (e, com ele, um processo de territorialização) que não será fácil destruir. Mas Malheiro nos reserva alguma esperança ao final, imaginando “outros mundos/geografias possíveis” (como nos diriam os zapatistas) a partir de outras cosmovisões, de outras visões/vivências de mundo, como aquela que nos é legada pelos povos originários. Sem ilusões em um país que já demonstrou o quanto a crueldade da história dá voltas, ou permanece, resta sempre a esperança de outras geografias que enfim nos permitam caminhar juntos, priorizando o comum para além do direito individualista, segregador e predatório.

Que este livro seja um convite para que, esclarecidos da barbárie bolsonarista, nos unamos e nos engajemos, com todas as nossas forças, na multiplicidade das lutas que, mesmo invisibilizadas, estão desenhando, a partir de baixo, outras cartografias, outros mapas, muito mais igualitários e generosos para com as diferenças. Lutas contra a extrema-direita e o modo de produção que a sustenta conscientes de que as verdadeiras soluções ultrapassam em muito as cada vez mais artificiais fronteiras nacionais e se estendem por movimentos que devem articular a Terra inteira, nosso pluriverso único e incontornável.

INTRODUÇÃO

O que chamamos de bolsonarismo definitivamente não se resume à família Bolsonaro. Ele é muito mais que isso. É uma racionalidade, um conjunto de comportamentos, discursos e dispositivos, é uma maneira de ver o mundo que possui bases espaciais concretas e centros de difusão, bem como, engrenagens de funcionamento e um projeto de hegemonia.

Este livro sustenta a tese de que há um conjunto de processos espaciais constituintes da sociedade brasileira que legitimam o bolsonarismo como uma subjetividade autoritária que se espraia como um vírus por nossa baixa imunidade social ao racismo, ao patriarcado, ao autoritarismo, ao negacionismo e a todo tipo de preconceito e violência que historicamente nos formou. Ele se alastra por onde há um ódio secular da elite patrimonialista aos negros, indígenas e toda a nossa diversidade, ao mesmo tempo em que se expande por onde reina a desesperança e o desespero, por onde a fragmentação social não deixa quase nenhuma referência comunitária além de igrejas e frágeis ligações “comunitárias” virtuais em torno de grupos de WhatsApp, ou mesmo em torno de uma bolha virtual absolutamente fechada por algoritmos que definem o cardápio de comportamentos, atitudes e escolhas.

O que chamamos de bolsonarismo definitivamente não se resume à família Bolsonaro. Ele é muito mais que isso. É uma racionalidade, um conjunto de comportamentos, discursos e dispositivos, é uma maneira de ver o mundo que possui bases espaciais concretas e centros de difusão, bem como, engrenagens de funcionamento e um projeto de hegemonia.

A nova razão do mundo neoliberal, do homem empresa definido pelo imperativo do desempenho e pelo gozo sem limites, da produção subjetiva do empreendedor de si que não pode e não sabe perder (DARDOT; LAVAL, 2016), associa-se, no Brasil, a processos espaciais concretos ligados à expansão das *commodities*, à difusão do negacionismo e ao alargamento da fé evangélica. Essa subjetividade neoliberal vai ganhando

concretude e assumindo características próprias na sociedade brasileira por sua associação às geografias anteriormente mencionadas. É na esteira dessa associação que o bolsonarismo emerge, costurando, por meio de suas narrativas, processos socioespaciais distintos que encontram um centro de articulação e vocalização de suas agendas. Por isso, sustentamos, aqui, a ideia de que há condições espaciais para a expansão de subjetividades autoritárias no território brasileiro, uma vez que há processos socioespaciais instituintes dessa maneira de pensar o mundo que estamos chamando de bolsonarismo.

A ideia de pensar em geografias do bolsonarismo não está voltada apenas para o exercício de localização geográfica de um processo eleitoral, mas também para construir uma análise de processos espaciais que dão base e explicam o bolsonarismo.

Nesse sentido, serão investigados aqui três processos que, em nossa concepção, constroem bases espaciais concretas à proliferação do bolsonarismo, a saber: 1) a expansão das *commodities* agrícolas e minerais por meio de um capitalismo de guerra, no qual a lógica hegemônica de produzir riqueza é a transformação de bens comuns em mercadoria através de processos de violência e devastação da natureza; 2) a expansão do negacionismo como um valor próprio do nosso tempo, instrumentalizado por narrativas fantasiosas e delirantes, mas que tiveram efeitos reais durante a pandemia da Covid-19; e 3) a expansão da fé evangélica, que capilariza subjetividades refratárias às diferenças e um conjunto de narrativas negacionistas.

Cada um desses três processos será analisado por sua distribuição desigual no território brasileiro, configurando o que, respectivamente, chamaremos de: uma geografia do capitalismo de guerra, uma geografia do negacionismo e uma geografia do Brasil evangélico. Essas três geografias serão pensadas como condição e, ao mesmo tempo, produtos da geografia do bolsonarismo.

A análise que faremos levará em conta os dados do resultado das eleições de primeiro e segundo turnos, em outubro de 2022, associados a um conjunto de variáveis que, acreditamos, descortinem as geografias do bolsonarismo, apontando-nos que há dinâmicas concretas funcionando para dar sustentação objetiva, subjetiva e, portanto, eleitoral a Jair Bolsonaro.

Dessa forma, este texto está organizado em quatro momentos de reflexão: um primeiro no qual vamos pensar a dinâmica de expansão das *commodities* agrícolas e minerais no Brasil e sua relação com a expansão do bolsonarismo; um segundo momento em que analisaremos uma geografia do negacionismo, a partir dos dados de mortalidade da pandemia da Covid-19, e relacionaremos essa geografia à legitimidade eleitoral de Bolsonaro; um terceiro momento no qual analisaremos a relação entre a expansão da fé evangélica e a expansão do bolsonarismo; e um último momento em que construiremos algumas considerações finais, propondo um deslocamento espacial para conseguirmos pensar projetos de sociedade mais além do bolsonarismo.

CAPÍTULO I

A GEOGRAFIA DE UM CAPITALISMO DE GUERRA:

A expansão das *commodities* no Brasil e
sua relação com o bolsonarismo

O novo é a manifestação cada vez mais aberta e assumida do caráter violento e autoritário do neoliberalismo, em qualquer uma de suas variantes históricas e nacionais. O que vemos agora, em plena luz, é uma nova guerra civil mundial.

Christian Laval

As escolhas políticas de distintos governos na América Latina, no início do século XXI, pelas exportações de *commodities* agrícolas e minerais como o caminho absoluto para a conquista do superávit primário aprofundaram uma forma peculiar de expansão capitalista por meio de processos de acumulação por espoliação (Harvey, 2005, 2013) em dinâmicas de territorialização guiadas por uma razão corporativa cínica, em que o exercício do poder se dá pela interdição da possibilidade de realização da vida de múltiplos grupos, comunidades e povos.

Essa escolha de distintos governos, não importando o espectro político-ideológico, de esquerda à direita, pela exportação de *commodities* em nosso continente, definida por Svampa (2013) como “consenso das *commodities*”, expressa que a exportação de bens primários agrícolas e minerais torna-se definitivamente o motor de inserção dependente da América Latina na geoeconomia e na geopolítica global. O Brasil seguiu essa lógica e tal escolha nos cobraria um preço altíssimo.

Em 2018, após o fim do primeiro turno das eleições presidenciais do Brasil, ficava clara a relação direta entre a expansão das *commodities* e a expansão da votação em Jair Bolsonaro. A impressionante semelhança entre o mapa eleitoral da vitória do candidato da extrema direita e os mapas de expansão da soja, do milho e do gado no país, demonstrava que a expansão de um capitalismo de fronteira é, também, de um gosto musical, de um sabor, de um modo de se vestir e se comportar, enfim, de uma

racionalidade espacial, cujo conteúdo de relações congrega um modo de vida violento e absolutamente refratário à diferença. Sabíamos, ali, que o alargamento aviltante das *commodities* no campo brasileiro não era apenas um processo econômico eivado de violência, mas era, outrossim, um processo político com forte rebatimento na política eleitoral e na legitimidade do bolsonarismo.

A cadeia de relações que sustenta esses negócios, cujos núcleos decisórios estão no Sul e Sudeste do Brasil, mas se expandem em direção ao Centro-Oeste, à Amazônia e a algumas sub-regiões do Nordeste, é uma cadeia de violação e mercantilização da vida que, em muito, explica a legitimidade eleitoral do cortejo fúnebre também chamado de bolsonarismo.

Ora, o uso de correntes em tratores para devassar a floresta, transformando árvores em empecilho; a ação de grilar terras, convertendo o ilegal em legal; o ato de jogar veneno em áreas de monocultivos rodeadas por comunidades, fazendo de espécies que não interessam aos lucros – inclusive a humana – em pragas desprezíveis; a contratação de empresas de segurança privada para a proteção de imóveis, naturalizando a miliciarização da defesa da propriedade privada, enfim, são ações que carregam uma subjetividade que flerta com o autoritarismo, pois normalizam a transformação da natureza em obstáculo, a conversão dos diferentes em inimigos, a organização miliciarizada da vida social, o culto à violência e à implosão de todas as formas de vida comunitária em nome da defesa da propriedade privada.

Os quatro anos do governo Bolsonaro deram engrenagens novas e muito mais violentas a esse capitalismo que funciona

pela lógica da acumulação por espoliação¹, como uma guerra capitalista contra a vida, pois, para se realizar, precisa destruir, violar, roubar, saquear e até matar o que encontra no caminho. Uma razão cínica se expande junto com os monocultivos, junto com a pata do boi, junto com o garimpo ilegal, junto com a exploração madeireira; razão esta instrumentalizada pela flexibilização de legislações ambientais, pelo ataque aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais e pela generalização de uma razão miliciarizada de defesa da propriedade privada. A morte torna-se, definitivamente, condição de expansão capitalista nas regiões por onde se estendem as *commodities* agrícolas e minerais no Brasil.

Se já no primeiro turno de 2018 tínhamos o alerta de que a escolha de distintos governos de esquerda, centro e direita – por desenvolver o Brasil pelo *superávit* primário decorrente da exportação de *commodities* agrícolas e minerais – levar-nos-ia a um pulo sem asas num abismo autoritário (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021), as eleições de 2022 consolidaram esse esboço ao demonstrar que para onde se expandem o agronegócio, o mineralnegócio e os demais negócios que se alimentam da mercantilização da natureza e da vida, também se expande o bolsonarismo.

É válido ressaltar que a grande maioria dos sindicatos patronais ligados aos vários negócios de mercantilização da vida,

¹ Chamamos de acumulação por espoliação os processos de produção de riqueza construídos a partir da transformação de bens coletivos em mercadoria pela expansão da lógica de instituição da propriedade privada capitalista e toda a dinâmica de saque, fraude, violência, privações e desapropriações. Esse processo permanente no capitalismo ganha centralidade nos momentos de crises e envolve mudanças traumáticas e conflituosas, que são empreendidas e/ou possibilitadas, na maioria das vezes, pelo próprio Estado, como agente portador do monopólio da violência (HARVEY, 2005; LEVIEN, 2014).

da terra e da natureza compõe uma base sólida de apoio real ao bolsonarismo. Percorrer as regiões para onde se expandem as *commodities*, já desde 2018, mas também em 2022, é encontrar diversas sinalizações públicas desse apoio. Placas, bandeiras do Brasil e *outdoors* em apoio a Bolsonaro são apenas o visível de um conjunto de relações que sustenta o bolsonarismo como projeto das regiões de fronteira, de um conjunto de negócios que se alimentam da apropriação privada de bens coletivos e da destruição da natureza, por meio de conchavos nos quais tudo é possível e permitido, nos quais se naturaliza a grilagem, o ecocídio, a violência étnica, bem como, formas de trabalho absolutamente precárias e diversas outras formas de violência enquanto regras de geração de riqueza.

A partir daqui, percorreremos alguns dados que demonstram essa aproximação descrita anteriormente. Primeiramente, acompanharemos o mercado da soja e a dinâmica geográfica de sua expansão. Depois, entraremos no mercado do gado de corte e toda sua engrenagem. Em um terceiro momento, faremos uma breve análise sobre a expansão da mineração. Em um quarto momento, acompanharemos os dados alarmantes de desmatamento associados a todos os mercados citados. No quinto e no sexto momento, demonstraremos processos de produção subjetiva atrelados a essas frentes. Todas as dinâmicas descritas serão relacionadas com os dados eleitorais do primeiro e segundo turnos das eleições presidenciais de 2022.

1.1. O AGRONEGÓCIO DA SOJA E O BOLSONARISMO

A dinâmica de expansão da soja no Brasil, nas últimas décadas, demonstra claramente que a escolha pela exportação de *commodities* atravessou distintos governos sem ser abalada. Se, em 1995, o Brasil tinha uma área colhida de 9,5 milhões de hectares, esse número salta para 30,7 milhões de hectares em 2017. O crescimento de 223,8% tem uma geografia bem específica. A maioria dos centros de comando operacional e, principalmente, financeiro do mercado da soja, ainda se concentra no sudeste brasileiro, apesar da expansão da área colhida, claramente, direcionar-se rumo ao Centro-Oeste e à Amazônia. Se tomarmos os estados que compõem a Amazônia Legal, vamos perceber que esse crescimento é mais expressivo no Pará (180,5 mil%), no Tocantins (10,2 mil%), no Maranhão (970,3%) e no Mato Grosso (409,2%) (IBGE, 1998, 2019). Um dado expressivo da expansão da soja no Brasil é que, enquanto, entre 1999 e 2018, a produção de soja cresceu 166,5%, as de arroz, feijão e mandioca apresentaram uma diminuição de, respectivamente, 51,6%, 36,9% e 25,3%, o que demonstra que o objetivo da escolha pelas *commodities* é tudo, menos a alimentação humana, já que os produtos mais encontrados na mesa do brasileiro decaíram de produção.

O mapa da expansão da soja no Brasil revela uma consolidação da produção nos estados do Sul e, daí, uma verdadeira marcha para o Oeste, agregando boa parte do estado de São Paulo, o oeste do estado de Minas Gerais e uma porção expressiva dos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Rondônia e Tocantins. Em outros estados, há uma expansão parcial, como no oeste da

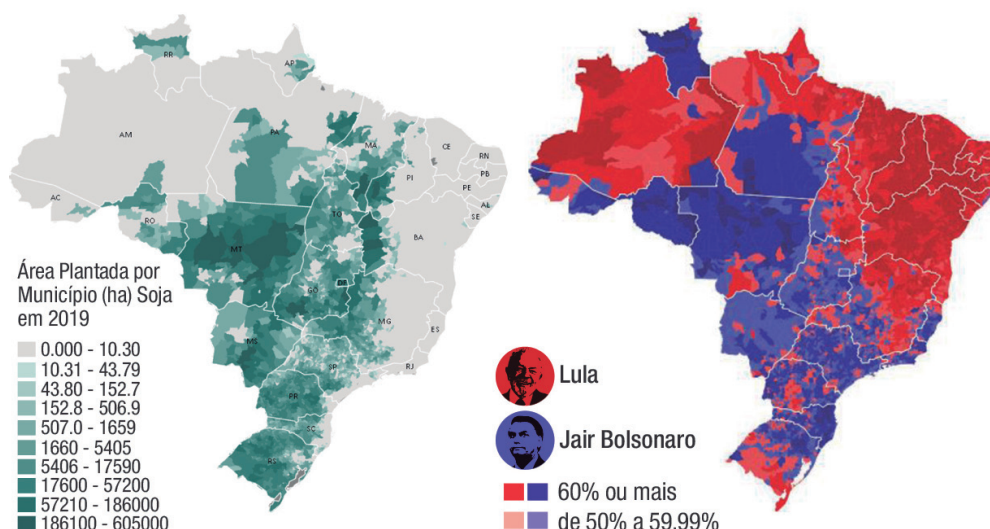
Bahia, no sudoeste do Piauí, no sul e no oeste do Maranhão, no sul, sudeste e oeste do Pará, além de alguns municípios no Amapá, Roraima, Acre e no sul do Amazonas, a partir de Rondônia e norte do Mato Grosso.

Dos estados com maior consolidação da expansão da soja no Brasil, Bolsonaro ganhou nos três do Sul, assim como em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Rondônia, perdendo somente no estado do Tocantins. As regiões de fronteira da soja nos estados do Pará, Amapá, Acre e Roraima também deram a vitória ao candidato conservador. Alguns casos são bastante exemplares, como, por exemplo, em Paragominas, o maior produtor de soja do Pará, que deu a vitória a Bolsonaro por 53,77% (primeiro turno) e 59,23% (segundo turno); em Rio Verde, o maior produtor de soja de Goiás, onde a extrema direita venceu com 55,56% (primeiro turno) e com 61,90% (segundo turno) dos votos; em Maracaju, maior produtor de soja do Mato Grosso do Sul, que deu vitória eleitoral ao bolsonarismo por 62,17% (primeiro turno) e 67,99% (segundo turno); em Sorriso, maior produtor do Mato Grosso e do Brasil, onde Bolsonaro saiu vitorioso com 70,16% (primeiro turno) e 74,34% (segundo turno); e em Corumbiara, maior produtor de soja de Rondônia, onde o bolsonarismo teve 58,10% (primeiro turno) e 63,77% (segundo turno) dos votos.

A Figura 1 agrega dois mapas para que tenhamos a exata visualização da relação entre a expansão da soja e a expansão do bolsonarismo. À esquerda, em gradações de verde – do mais claro ao mais escuro representando menor ou maior quantidade produzida, respectivamente –, temos a distribuição espacial da soja por município no Brasil em 2019. À di-

reita, temos, em tons de azul e vermelho, o mapa eleitoral do segundo turno das eleições de 2022, sendo os tons de azul, do mais claro (menores percentuais) ao mais escuro (maiores percentuais), representando os municípios que deram vitória eleitoral a Bolsonaro e os tons de vermelho, do mais claro (menores percentuais) ao mais escuro (maiores percentuais), simbolizando os municípios que deram vitória eleitoral para Luís Inácio Lula da Silva.

Figura I – Entre a expansão da soja e o bolsonarismo



Fontes: FOREST GIS (2022) e VEJA O RESULTADO... (2022).

Dos 10 maiores municípios produtores de soja do Brasil em 2021, sete estão em Mato Grosso, um em Goiás e dois na Bahia. Bolsonaro ganhou em todos os municípios matogrossenses que aparecem na lista e no município de Rio Verde, em Goiás. Apenas nos dois municípios da Bahia, que aparecem na lista dos 10 maiores produtores, Lula venceu. Vale ressaltar que os dois municípios baianos com maior produção de soja

não se configuram como centros hegemônicos pelos serviços ligados ao agronegócio. Estamos falando de um estado em que Lula ganhou com 69,73% (primeiro turno) e 72,12% (segundo turno) dos votos. Mesmo assim, dos 417 municípios baianos, apenas dois deram a vitória a Bolsonaro nos dois turnos; um deles, o novo município de Luís Eduardo Magalhães, quinto maior produtor de soja da Bahia, que se transformou em uma das cidades polo do agronegócio na região do Matopiba², absolutamente hegemônica por serviços e funções ligadas às redes do agronegócio, e onde o bolsonarismo teve 58,61% dos votos no segundo turno.

A dinâmica de expansão do agronegócio não se resume à soja. Vários são os negócios de mercantilização da vida, da terra e da natureza que estão na esteira do bolsonarismo, como, por exemplo, a agropecuária, tratada na próxima subseção.

1.2.A AGROPECUÁRIA E O BOLSONARISMO

Em 2021, o Brasil bateu o recorde histórico de seu rebanho bovino. Para uma população de 212,6 milhões de habitantes, segundo estimativa do IBGE (2021), o país chegou à marca de 224,6 milhões de cabeças de gado, em uma proporção de mais de um gado por pessoa. A distribuição espacial desse rebanho, assim como da soja, não é uniforme no território nacional. A pecuária, da mesma forma, expande-se conjuntamente

² Matopiba é uma região formada, em grande parte, pelo bioma do cerrado entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Desde a década de 1980 há um processo de expansão de *commodities* agrícolas para essa região, o que, a partir das primeiras décadas do século XXI, consolida-se com um conjunto de projetos governamentais associados aos interesses do agronegócio brasileiro, ameaçando um conjunto de povos e comunidades tradicionais e o bioma em questão.

te a uma teia de relações absolutamente violentas. Sua expansão quase sempre se dá por meio da invasão de territórios e biomas. Não sem razão, a partir de dados do ano de 2020, Salomão et al. (2021) apontam que 75% das áreas desmatadas na Amazônia têm a pecuária como a sua principal responsável.

Essa atividade econômica se espraia por uma mentalidade proprietária absolutamente patriarcal, racista e patrimonialista, na qual a defesa da propriedade privada é central, ainda que essa propriedade seja produto do roubo, da fraude, da grilagem ou, até mesmo, de outras formas de violência. Aqui reconhecida como uma racionalidade territorial, essa mentalidade encontra respaldo nas narrativas do bolsonarismo, por isso há uma enorme adesão dos sindicatos patronais ligados à agropecuária a Bolsonaro.

Percorrendo a geografia da expansão da pecuária, primeiro em termos regionais, vamos perceber que, entre 1999 e 2019, há tendências claras de distribuição espacial da atividade no território nacional. A região Sul, nesse período, tem uma pequena queda no rebanho na ordem de 796.320 cabeças, enquanto o Sudeste manteve o rebanho com um crescimento de 148.551 cabeças. O Nordeste, por sua vez, cresceu na ordem dos 6,7 milhões de cabeças, mas os destaques maiores são para a região Norte, onde o rebanho cresceu mais 27,2 milhões cabeças, e para o Centro-Oeste, que teve um crescimento de mais de 16,7 milhões cabeças de gado. O aumento da região Norte ultrapassou 122% em 20 anos e a elevação do Centro-Oeste ultrapassou a ordem de 29%.

Se percorrermos essa geografia da pecuária, perceberemos que, mesmo no Nordeste, onde Lula teve sua vitória mais expressiva, algumas regiões de expansão dessa atividade econômi-

ca deram a vitória a Bolsonaro, como o oeste do Maranhão, estado com o segundo maior rebanho da região, principalmente os municípios de Açailândia – no qual se localiza o maior rebanho bovino maranhense e que, também, é o terceiro maior produtor de soja do estado – e Imperatriz. Açailândia deu a vitória a Bolsonaro por 49,66% (primeiro turno) e 53,99% (segundo turno) dos votos, enquanto em Imperatriz a porcentagem da extrema direita foi de 49,30% (primeiro turno) e 54,79% (segundo turno).

Se tomarmos os dados do período do governo Bolsonaro, particularmente de 2021, perceberemos que o Centro-Oeste se consolida como a principal região em participação de efetivo bovino, com 75,4 milhões de cabeças, 33,6% do rebanho nacional. O Norte fica em segundo, mas em franca expansão, com 55,7 milhões de cabeças, o que corresponde a 24,8% do total nacional (IBGE, 2021a).

A distribuição geográfica da pecuária no Centro-Oeste coincide, em grande medida, com os lugares que deram vitória ao bolsonarismo, mas se incluirmos a variável da soja, anteriormente analisada, esses dados irão se completar e perceberemos esse consórcio soja-pecuária como uma racionalidade territorial que legitima o bolsonarismo.

Por outro lado, na região Norte, alguns estados onde Bolsonaro venceu também são lugares em que a pecuária mais se expandiu nos últimos anos. É o caso do Acre, que em 1999 tinha 929.999 cabeças de gado e passa, em 2019, para 3.509.682 animais, um crescimento de 277%, bem maior que a média da região Norte no mesmo período que, como dissemos, foi cerca de 122%. Entre 2019-2020, o Acre teve a maior taxa de crescimento da Amazônia Legal, dando, inclusive, 62,50% (primeiro turno) e 70,30% (segundo turno) dos votos a Bolsonaro.

A expansão da frente agropecuária em Roraima – embora não apresente números absolutos expressivos – é especialmente significativa, pois avança por praticamente todos os 15 municípios do estado que, igualmente, também assistem à expansão da soja. Não por acaso, Bolsonaro ganhou com 69,57% (primeiro turno) e 76,16% (segundo turno) dos votos em Roraima, o que torna esse estado o mais bolsonarista do país. A chegada dos imigrantes venezuelanos é um fato que se agrega a essa expansão, uma vez que, em todo o mundo, o posicionamento duro e contrário aos imigrantes faz parte da pauta da extrema direita; pauta essa que, no Brasil, mais especificamente em Roraima, impulsionou o bolsonarismo, principalmente porque, em sua maioria, os imigrantes em questão provinham da Venezuela, o que acrescenta ao discurso anti-imigração, o discurso anticomunista, tão usado e abusado pelas ficções inventadas pelas narrativas bolsonaristas.

O estado de Rondônia também é digno de nota, pois apresenta uma lógica generalizada de expansão da pecuária que, em 2021, chega a torná-lo o sexto estado com maior rebanho no país. Em Rondônia, Bolsonaro ganhou com 64,36% (primeiro turno) e 70,66% (segundo turno) dos votos.

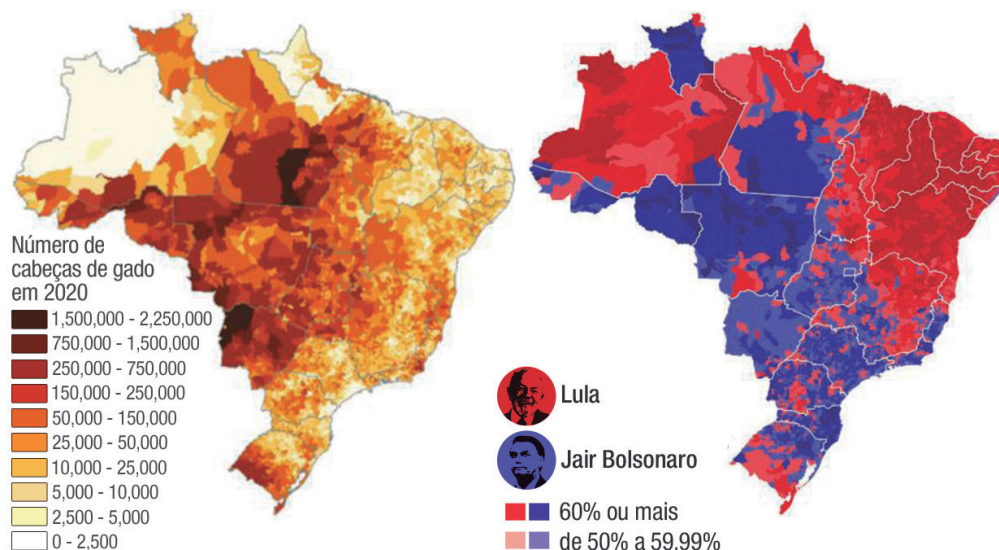
O sul do Amazonas, a partir dos movimentos de expansão de Rondônia e do norte do Mato Grosso, também apresenta dinâmicas ligadas à pecuária. Nesse particular, destacamos o município de Apuí, que, não obstante ter um dos maiores rebanhos bovinos do Amazonas, também é o segundo município que mais desmatou na Amazônia Legal nos sete primeiros meses de 2022. Foram 566,4 km², segundo os dados do DETER (BRASIL, 2022).

O sul e sudeste do Pará também são sub-regiões de forte expansão da pecuária. É nessa região que está o município com maior rebanho bovino do Brasil, São Félix do Xingu, com cerca de 2,4 milhões de cabeças de gado. Esse é, também, o município onde os focos de queimadas aumentaram 346% entre 2018 e 2022, sendo a segunda localidade onde mais se desmatou no país em 2021 (COUTO et al., 2022). Em São Félix do Xingu, Bolsonaro ganhou de forma expressiva com 63,08% (primeiro turno) e 66,58% (segundo turno) dos votos.

Outro caso exemplar na mesma região paraense é Cumaru do Norte, município com pouco mais de 13 mil habitantes (IBGE, 2021b), mas com o décimo maior rebanho do Brasil, com 845.651 cabeças de gado, segundo dados de 2018 da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC, 2021). Em Cumaru do Norte, Bolsonaro venceu com 59,95 % (primeiro turno) e 62,43% (segundo turno) dos votos.

A Figura 2 aproxima a dinâmica de expansão da pecuária com a votação de Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2022. Por meio dela, os processos descritos acima ganham melhor visualização.

Figura 2 – A expansão da pecuária e o bolsonarismo



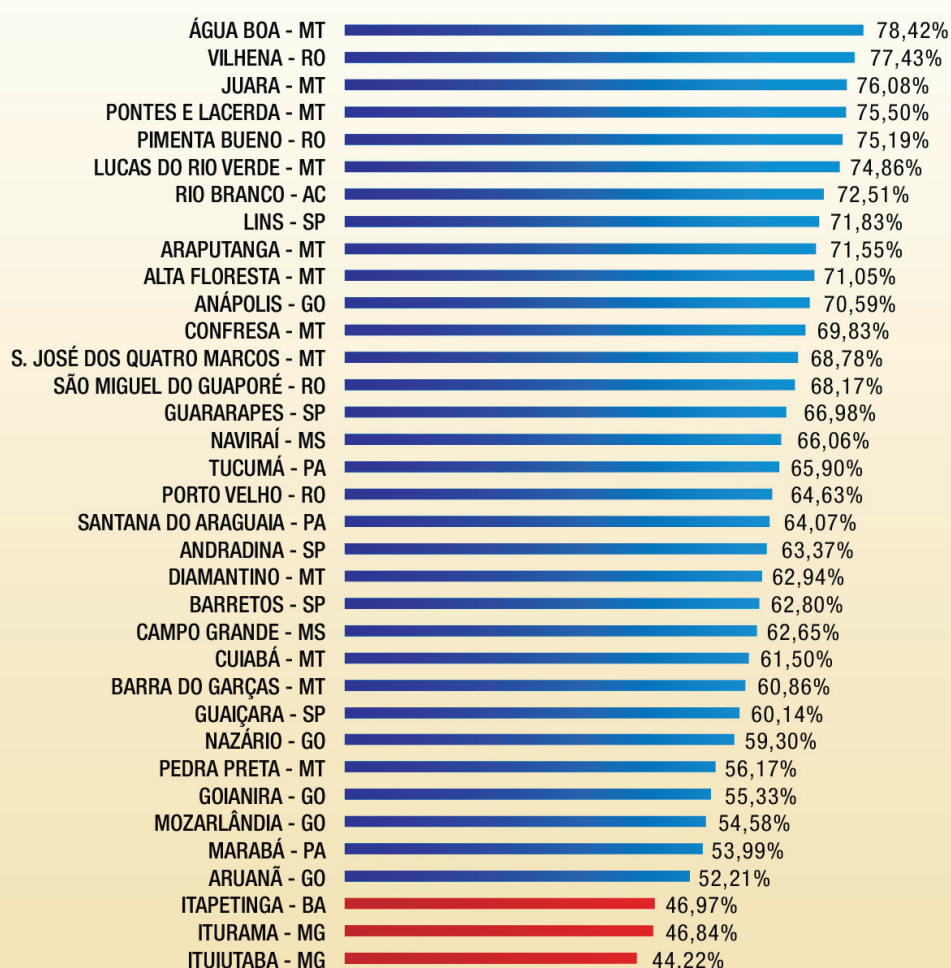
Fonte: ABIEC (2020) e VEJA O RESULTADO... (2022).

A produção pecuária não pode ser pensada sem o papel estruturante dos frigoríficos. Isso porque, ao estabelecerem os fluxos de gado para abate em função das distâncias máximas que tornam o negócio economicamente rentável, apresentam-se como um dos principais elementos de estruturação de uma geografia da pecuária no Brasil. A presença dos frigoríficos, ao passo que interioriza a produção pecuária em seu entorno, conecta a atividade aos circuitos econômicos financeirizados e globalizados.

A empresa JBS – líder mundial em produção de alimentos e a principal empresa do agronegócio brasileiro – possui um conjunto de frigoríficos e outras estruturas empresariais espalhadas pelo Brasil, sobretudo nos lugares para onde se expande a pecuária. Dos 35 municípios brasileiros com estruturas frigoríficas da JBS, apenas três tiveram a vitória de Lula no segundo turno; os outros 32 deram vitória à extrema direita.

O Gráfico I demonstra a relação entre a distribuição espacial dos frigoríficos da JBS e o comportamento eleitoral da população desses municípios. Em azul, os municípios com vitória de Bolsonaro e, em vermelho, as localidades que deram vitória a Lula.

Gráfico I – Municípios com frigoríficos da JBS e percentual de votação em Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de JBS (2021) e TSE (2022).

Da mesma forma que os processos de territorialização da soja, a pecuária também se consolida por meio de relações que flertam com as pautas bolsonaristas, como a defesa da propriedade privada e todo o arranjo de desregulamentações ambientais e de ataques aos povos e comunidades tradicionais. A estruturação de uma teia de relações que hegemoniza serviços, funções e empregos nas regiões onde essa atividade se instala produz uma relação estreita com a hegemonia eleitoral de Bolsonaro nesses espaços. Isso porque a força política e eleitoral dos sindicatos patronais ligados à pecuária alarga a pressão do bolsonarismo nas áreas para onde esse negócio se expande.

Entretanto, além das *commodities* da soja e do gado, outra *commodity* que é central para a pauta de exportação brasileira é o ferro. A atividade mineral, portanto, também é uma dinâmica de territorialização que se espalha pelo território nacional e, de maneira semelhante, possui relação direta com a hegemonia do bolsonarismo em determinados lugares.

1.3. A MINERAÇÃO E O BOLSONARISMO

Dos vários negócios de exportação da natureza que definem o Brasil como país primário-exportador, a mineração é, também, a expressão de uma atividade econômica extremamente violenta, mas sempre legitimada pelo Estado, independentemente do regime político e da cor partidária que esteja no governo. Em linhas gerais, a prerrogativa de soberania nacional para a atividade mineral sempre foi desculpa para se desobedecer a lei em nome da lei, isto é, um escudo para o uso e abuso do território das regiões mineradas (MALHEIRO, 2019).

Assim, seja através da grande mineração ou do garimpo ilegal, as relações produzidas nas regiões de expansão mais recente dessa atividade expressam um capitalismo de guerra, no qual a transformação de bens comuns – nesse caso, os minerais, que geralmente estão em territórios ocupados por grupos, povos e comunidades – em mercadoria (minério) envolve processos violentos. Desse modo, os municípios para onde se expande a mineração acompanham a lógica das outras frentes econômicas, ou seja, para onde também se estende o bolsonarismo.

Vale ressaltar que são nas regiões onde a grande mineração hegemoniza a economia dos municípios e produz mudanças estruturais, inclusive na composição demográfica, por conta da migração que incentiva, que percebemos essa relação mais direta com o bolsonarismo. Trata-se de regiões capturadas pela economia política da mineração e que, por isso, tornam-se absolutamente dependentes dessa atividade mineral e de empresas do setor; regiões nas quais as vidas agrária e urbana são recortadas por racionalidades corporativas de forma violenta e desproporcional, sobretudo em relação à força com que outras racionalidades interferiam na vida das pessoas antes da chegada da mineração.

Um caso exemplar é Canaã dos Carajás, que abriga o maior projeto de mineração de ferro do mundo, o SI ID, empreendido pela Vale S.A. na serra dos Carajás, no sudeste do Pará. Nesse contexto, então, um município desenhado por glebas e assentamentos rurais, onde a produção familiar agrícola historicamente foi forte, passa a ser hegemonizado pela grande mineração que define todos os seus rumos. Nessa localidade, Bolsonaro venceu com 58,97% (primeiro turno) e 62,96% (se-

gundo turno) dos votos. O município vizinho a Canaã, Parauapebas, que condensa os processos de extração das minas do/ao norte da serra dos Carajás, pela empresa Vale S. A., também deu a vitória a Bolsonaro por 55,28% (primeiro turno) e 59,84% (segundo turno) dos votos. Em Ourilândia do Norte, para onde se expandem os projetos de níquel da mesma empresa anteriormente citada, o bolsonarismo venceu com 57,20% (primeiro turno) e 61,19% (segundo turno) dos votos.

Assim como a grande mineração se expande por uma racionalidade necroeconômica que flerta com o bolsonarismo, o garimpo ilegal se constitui como uma das atividades econômicas mais violentas e predatórias, principalmente na Amazônia.

Os rápidos ganhos que a atividade do garimpo pode dar continuam sendo o motor da expansão dessa atividade. Entretanto, além dos grandes bancos, grandes corretoras, grandes corporações e seus velhos arranjos com frações da burguesia e do latifúndio local e regional, as organizações criminosas, as redes do narcotráfico, as milícias armadas e os novos investidores capazes de tudo para obter o lucro rápido tornam-se atores cada vez mais comuns em tais negócios. Assim, uma racionalidade marcada pelo saque, pela fraude e pela violência se torna a regra de gerar riqueza num capitalismo de guerra.

Sobre o garimpo ilegal, Manzolli e Rajão (2022) identificam que o Pará é o estado brasileiro que concentra o maior volume de extração de ouro ilegal. Segundo os autores, apenas três municípios paraenses representam cerca de 98% das 10,5 toneladas de ouro retiradas ilegalmente entre 2020 e 2021: Itaituba, com 75%, Cumaru do Norte, com 15%, e Novo Progresso, com 9%. Além da vitória acachapante de Bolsonaro por 79,60% (primeiro turno) e 82,92% (segundo turno) em

Novo Progresso – a ser mais bem explicada posteriormente –, ele também obteve 57,8% (primeiro turno) e 62,45% (segundo turno) dos votos em Itaituba e 59,9% (primeiro turno) e 62,43% (segundo turno) em Cumaru do Norte, revelando que os lugares onde o garimpo ilegal é mais intenso também votam no bolsonarismo.

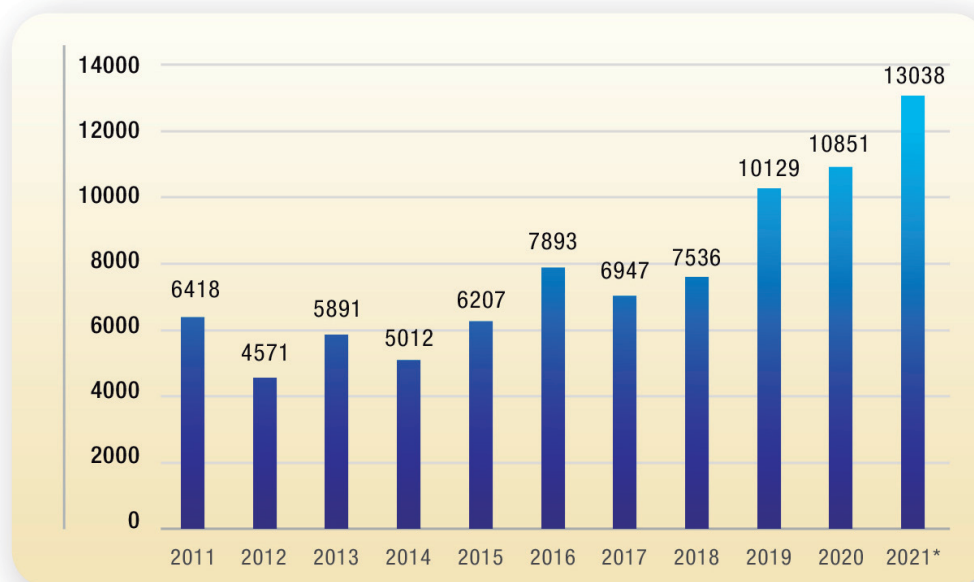
Todas as frentes econômicas desse capitalismo de guerra generalizam múltiplas formas de violência, sejam elas de natureza física, contra aqueles que se colocam em seu caminho, ou mesmo de natureza ecocida, pelas engrenagens de destruição ambiental. A geografia dessas violências também coincide com a geografia do bolsonarismo.

I.4. AS VIOLÊNCIAS DE UM CAPITALISMO DE GUERRA E A HEGEMONIZAÇÃO DO BOLSONARISMO

Enquanto um fenômeno que vem crescendo absurdamente no bioma mais importante ao equilíbrio metabólico do planeta, a Amazônia, o desmatamento não pode ser pensado desassociado das várias frentes econômicas descritas anteriormente. Por isso, assim como os mapas de expansão das *commodities* coincidem com os mapas da vitória eleitoral de Bolsonaro, os mapas do desmatamento também irão coincidir com a distribuição espacial dos lugares onde o bolsonarismo é forte no Brasil. Dessa forma, por se tratar do espaço regional em que os processos de desmatamento são mais flagrantes e desmedidos, a Amazônia será o centro de nossa análise.

Entre agosto de 2020 e agosto de 2021, a floresta amazônica viveu o seu pior ano em, pelo menos, uma década. Isso porque, dados do DETER/PRODES/INPA (BRASIL, 2021), que monitora a região por meio de imagens de satélites, registraram 13.038 km² de desmatamento de mata nativa. Em relação ao registro feito entre 2011 e 2012, quando a taxa de desmatamento foi a menor já registrada, com 4.571 km² de desmatamento, o crescimento foi de 185,23%. Desde 2014, os dados de desmatamento – que haviam caído drasticamente nos anos anteriores – voltaram a subir, com destaque para os anos de Bolsonaro como presidente, conforme destacado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Desmatamento na Amazônia em km²



Fonte: DETER/PRODES/INPA (BRASIL, 2021).

Se tomarmos os dados dos municípios amazônicos nos quais mais se desmatou no início do governo Bolsonaro, entre agosto de 2019 e agosto de 2020, nove dos onze mu-

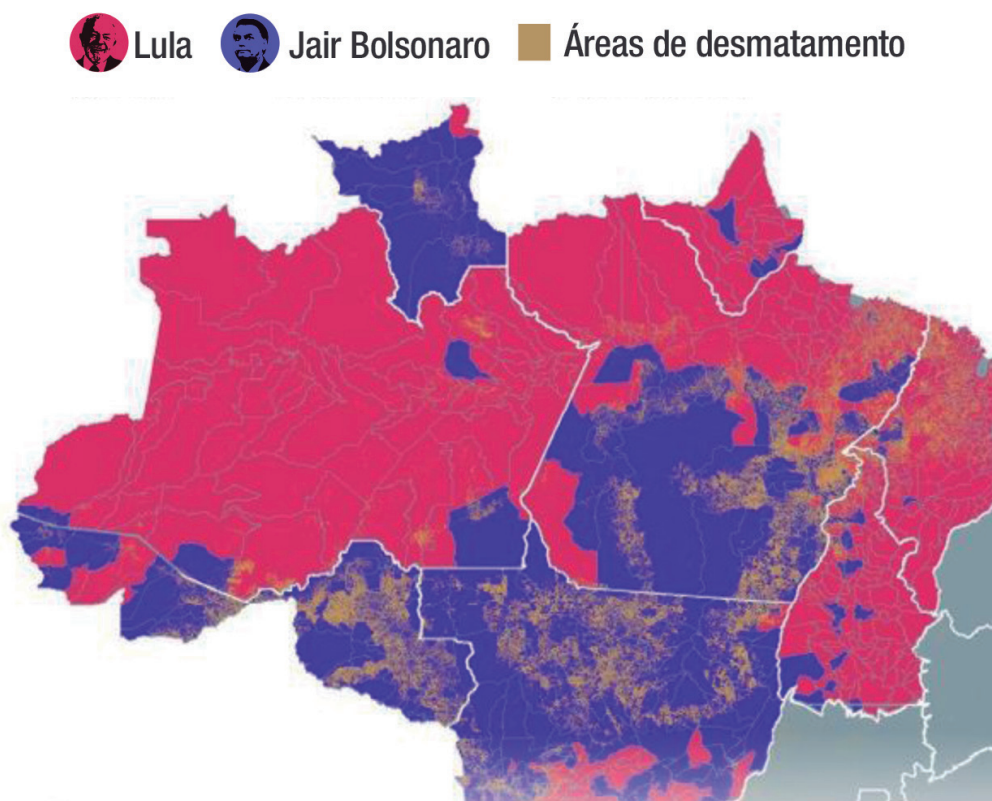
nicipios campeões de desmatamento deram vitória à extrema direita. São eles: Altamira (PA), com 798,2 km² desmatados, onde Bolsonaro obteve 57,77% (primeiro turno) e 62,48% (segundo turno) dos votos; São Félix do Xingu (PA), com 608,28 km² desmatados, onde Bolsonaro ganhou com 63,08% (primeiro turno) e 66,58% (segundo turno) dos votos; Porto Velho (RO), com 449,66 km² desmatados e 56,83% (primeiro turno) e 64,63% (segundo turno) dos votos para a extrema direita; Lábrea (AM), com 382,87 km², é um dos municípios que teve vitória de Lula; Novo Progresso (PA), com 363,67 km² desmatados, onde o bolsonarismo conquistou 79,60% (primeiro turno) e 82,92% (segundo turno) dos votos; Itaituba (PA), com uma área desmatada de 272,63 km² e uma vitória do bolsonarismo por 57,78% (primeiro turno) e 62,45% (segundo turno) em 2022; Apuí (AM), com 259,62 km² desmatados e que deu a vitória a Bolsonaro com 58,94% (primeiro turno) e 63,68% (segundo turno) dos votos; Pacajá (PA), com 247,13 km² de desmatamento, onde Bolsonaro obteve 55,31% (primeiro turno) e 60,11% (segundo turno) dos votos; Colniza (MT), com 237,7 km² desmatados e 71,08% (primeiro turno) e 75,57% (segundo turno) dos votos dados à extrema direita; Portel (PA), com 189,41 km² deu vitória a Lula; e Novo Repartimento, com um desmatamento de 154,58 km², deu vitória a Bolsonaro por 52,23% (primeiro turno) e 56,16% (segundo turno) dos votos.

O levantamento feito pelo MapBiomas e publicado em matéria do jornal O Globo (COUTO et al., 2022), considerando o resultado do primeiro turno das eleições de 2022, aponta que os 499 municípios da Amazônia Legal onde Lula venceu representam 30% da área desmatada da

região. Por outro lado, os 265 municípios que deram a vitória a Bolsonaro representam 70% da área desmatada da região. A sobreposição do mapa da distribuição dos votos entre Lula e Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2022 e a cartografia das áreas desmatadas na referida região demonstra essa justaposição expressa nos números apresentados anteriormente.

Nota-se que há uma aposição entre os municípios que deram vitória a Bolsonaro e o que conhecemos como o “arco do desmatamento”, um eixo espacial por onde se expandem diversas frentes econômicas movidas pela superexploração do trabalho e da natureza, definida, desde a década de 1960, pelas rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho e Transamazônica. O eixo vai do oeste do Maranhão e sul e sudeste do Pará em direção ao oeste brasileiro, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre. Nessa região é onde se concentra cerca de 75% do desmatamento da Amazônia. A Figura 3, elaborada a partir dos dados do TSE (2022) e da pesquisa do MapBiomas, publicada em matéria de Couto et al. (2022), é bastante ilustrativa para percebermos o encontro entre o bolsonarismo e o desmatamento.

Figura 3 – Sobreposição do mapa eleitoral e o desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: Couto et al. (2022).

A partir do recorte da Amazônia Legal feito pela Figura 3, observa-se a sobreposição das áreas em azul, que deram vitória eleitoral a Bolsonaro, e os pontos em amarelo, que identificam as áreas de desmatamento. Boa parte dos estados do Mato Grosso e Rondônia, o sul, sudeste e oeste do Pará, as áreas de expansão do gado e da soja nos estados do Acre, Roraima e Tocantins, assim como alguns municípios do sul do Amazonas e do oeste do Maranhão bem revelam essa justaposição entre o desmatamento e a legitimidade eleitoral da extrema direita.

A análise do MapBiomas também demonstra que onde Bolsonaro ganhou no primeiro turno, a perda de vegetação nativa, em média, foi de 19,9% da área municipal nos últimos 35 anos. Por outro lado, essa perda nas regiões em que Lula venceu, considerando o mesmo intervalo de tempo, foi 6,3% da área municipal (COUTO et al., 2022).

Dos diversos municípios citados acima por conta do desmatamento, talvez o mais emblemático seja Novo Progresso, no Pará. Foi lá que nos dias 10 e 11 de agosto de 2019 se registrou os momentos de pico de queimada daquele ano; queimadas essas definidas por fazendeiros, madeireiros e empresários que, por meio de grupos de WhatsApp, articularam-se para protagonizar o que ficou conhecido como o “dia do fogo”. Outros-
sim, estamos falando do quarto município brasileiro com maior votação a Bolsonaro no primeiro turno (79,60%) e o décimo segundo com votação mais expressiva no candidato da extrema direita no segundo turno, com 82,92%.

Dentre os mercados que se nutrem da destruição da floresta está claramente a exploração madeireira. Essa frente econômica tem relação direta com as outras frentes descritas, pois ela antecipa a grilagem, está na abertura dos garimpos, na abertura das fazendas e até mesmo associada à expansão dos grãos. Há, também, uma interiorização dessa atividade seguindo as frentes anteriormente descritas. Em termos de relações constituídas, praticamente todas são ilegais.

Da mesma forma que o garimpo, a extração de madeira é um empreendimento empresarial com relações que se irradiam a partir de diversos sujeitos: dos responsáveis pela interiorização da extração aos que cuidam do transporte; da contratação de força de trabalho ao trabalhador que derruba

a floresta; dos responsáveis pelo armazenamento aos que ajudam a burlar fiscalizações. A teia violenta de relações envolve pequenas cidades inteiras e, muitas vezes, espalha-se por vários municípios, criando lógicas de dependência.

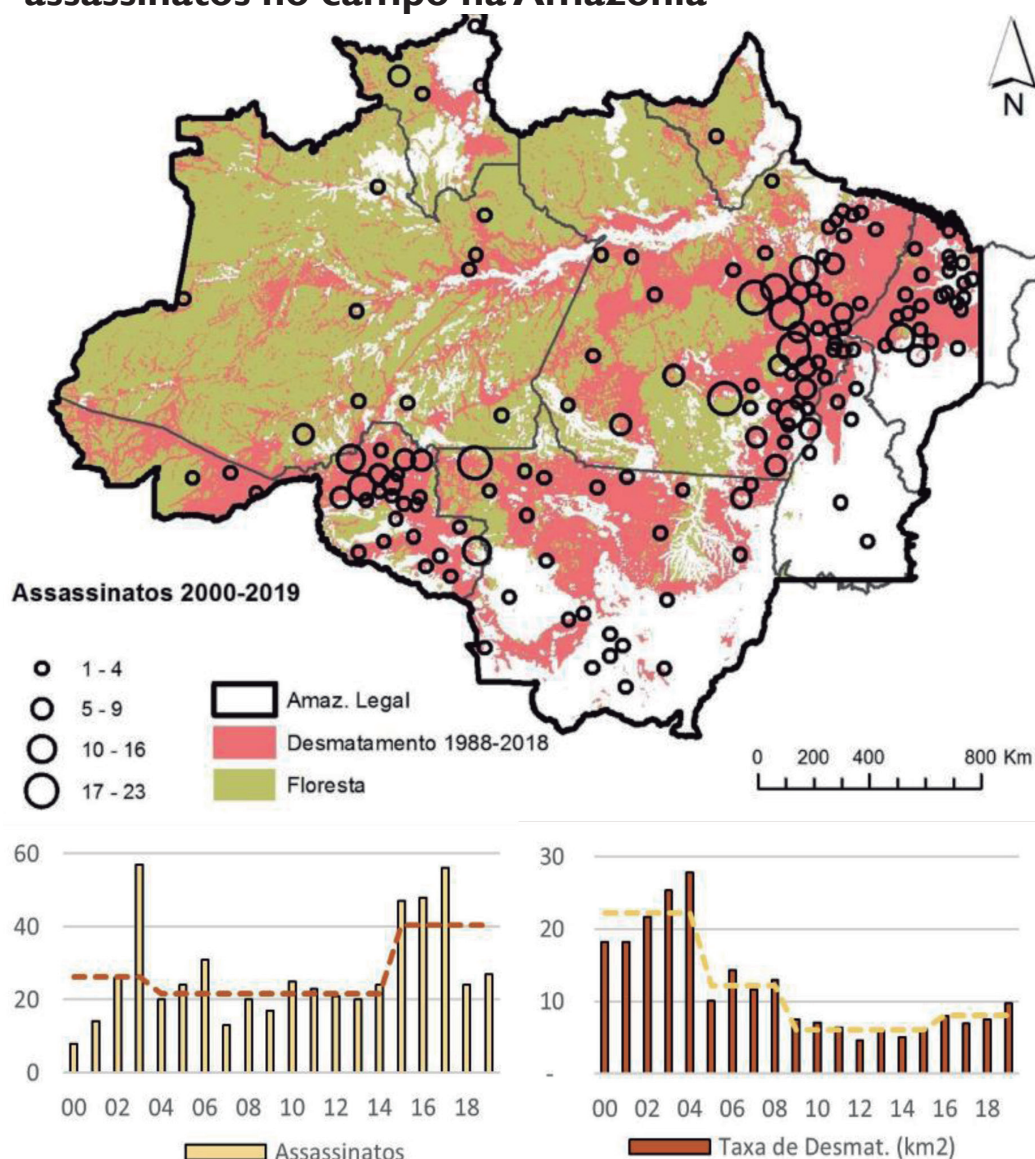
Sobre esse mercado, o levantamento feito pelo Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex) é bastante importante. Isso porque, além de construir um mapeamento da exploração madeireira na Amazônia entre agosto de 2019 a julho de 2020, o levantamento também identificou os municípios que mais exploraram madeira na Amazônia nesse período: Aripuanã (MT) – 30.666 hectares; Colniza (MT) – 29.999 hectares; Porto Velho (RO) – 29.646 hectares; Manicoré (AM) – 21.038 hectares; Lábrea (AM) – 20.288 hectares; Nova Maringá (MT) – 14.682 hectares; Feliz Natal (MT) – 13.189 hectares; Marcelândia (MT) – 13.089 hectares; Feijó (AC) – 13.037 hectares; e Paragominas (PA) – 12.879 hectares (SIMEX, 2021). Dos dez maiores exploradores de madeira na Amazônia, sete deram vitória a Bolsonaro nos dois turnos das eleições de 2022.

Um caso paradigmático entre os municípios supracitados é de Colniza (MT). Foi nesse município que, em 19 de abril de 2017, nove camponeses foram assassinados enquanto trabalhavam no Projeto de Assentamento Taquaruçu do Norte, comunidade onde viviam cerca de 100 famílias. Os assassinatos foram com tiros e golpes de facão. A perícia também constatou tortura. Colniza, que, em 2018, já havia dado a vitória a Bolsonaro com 62,1% dos votos, alargou essa margem em 2022 para 71,08%. Outro município com expressiva exploração madeireira e que também deu ampla vitória ao bolsonarismo é Aripunã (MT): 71,18% (primeiro turno) e 75,57% (segundo turno) dos votos.

Além de desmatar, esse capitalismo de guerra que se empreende pelas fronteiras da Amazônia também mata. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no contexto do Relatório de Conflitos no Campo no Brasil, de 2021, apontam que o estado com maior número de assassinatos por conflitos agrários foi Rondônia; estado onde, em 2022, Bolsonaro venceu por larga vantagem no primeiro e no segundo turnos com, respectivamente, 64,36% e 70,66% dos votos e, em 2021, registrou-se 11 dos 35 assassinatos no campo ocorridos no Brasil (CPT, 2021).

Se agregarmos os dados da CPT entre 2000 e 2019 e os espacializarmos, sobrepondo-os aos dados agregados de desmatamento entre 1988 e 2018, observaremos uma justaposição que demonstra o seguinte: onde se desmata, também se mata (Figura 4). O sul e sudeste do Pará, o estado de Rondônia, o norte do Mato Grosso e o oeste do Maranhão apresentam os maiores índices de violência no campo na Amazônia Legal. Em todas essas regiões, o bolsonarismo se estabeleceu e obteve vitória eleitoral nos dois turnos das eleições presidenciais de 2022, inclusive no oeste do Maranhão, com destaque para Imperatriz e Açailândia, municípios onde o governo de extrema direita venceu mesmo no contexto de um estado em que Lula teve ampla vantagem.

Figura 4 – Sobreposição entre desmatamento e assassinatos no campo na Amazônia



Fonte: Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021).

Estamos diante de uma engrenagem de morte e destruição que encontrou uma saída eleitoral para continuar a saquear, roubar, violar, fraudar e matar. O bolsonarismo, por sua natureza, acomoda essa racionalidade cínica em que a expansão de uma atividade econômica

para uma região significa a negação de toda a complexidade territorial desse lugar. Matar e desmatar se transformam em regra de uma gramática desenhada a fumaça, fogo e sangue e que se encontra com narrativas de representantes da extrema direita que as legitimam.

Esse capitalismo de guerra, entretanto, não se revela apenas pelas frentes necroeconômicas que matam e desmatam, ele possui, também, expressões claras nas regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras, principalmente com a expansão de territórios controlados por milícias nestas cidades. A organização miliciarizada da vida social - que é claramente uma dinâmica atrelada à expansão das frentes econômicas anteriormente mencionadas, pela afinidade eletiva dessas frentes a uma razão armamentista, ao culto à violência e a uma lógica territorial que se espraia implodindo todas as formas de vida comunitária - também é uma dinâmica presente nas grandes cidades do Brasil.

Assim como os negócios de mercantilização da vida, da terra e da natureza, a expansão das milícias³ nas regiões metropolitanas brasileiras também é, sobretudo, um negócio atrelado à oferta de múltiplos serviços essenciais, à oferta de segurança privada em espaços cuja violência atravessa todas as relações sociais. Estamos falando, portanto, de um fenômeno econômico atrelado a uma dinâmica política de controle territorial. Esse

³ A principal singularidade desse fenômeno é o fato dele estar umbilicalmente associado à participação de policiais (majoritariamente militares, mas não apenas) da ativa e aposentados, que se valem de seu poder de fogo (literalmente) para impor a favelas e bairros empobrecidos seu domínio econômico, militar e político. A partir dessa condição, exercem um controle totalitário sobre os territórios onde pontificam, avançando sua empresa econômica especialmente nas franjas das cidades, lá onde o ilegal e o legal se misturam a ponto de se tornarem indistinguíveis (BURGOS, 2021, n/p).

controle, entretanto, é exercido por práticas que também se vinculam a uma razão armamentista, militar, totalitária e racista. A espoliação econômica de determinados territórios pelas milícias, nesse sentido, só se realiza por práticas de violência extrema, ou seja, pela expansão de uma racionalidade necroeconômica cujos seus atores instituintes também encontram vocalização nas narrativas do bolsonarismo.

A expressão paradigmática desse fenômeno é claramente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Um estudo feito pelo observatório das metrópoles que combinou os dados do Mapa Histórico dos Grupos Armados no Rio de Janeiro, produzido pelo GENI/UFF e pelo Fogo Cruzado, com as informações eleitorais do TSE do primeiro turno das eleições de 2022, encontrou que 14,8% dos eleitores da RMRJ votaram em territórios controlados por milícias. Foi nesses territórios que Bolsonaro teve seu melhor desempenho eleitoral no primeiro turno, com uma média de 53,1% dos votos (SILVA; CORRÊA, RODRIGUES, 2022). O levantamento realizado por Lucas Leiva ao “Congresso em Foco”, também com dados do primeiro turno das eleições de 2022, detalha essa espacialização da relação territórios controlados por milícias e a vitória eleitoral de Bolsonaro no Rio de Janeiro. O levantamento demonstra que, na zona oeste da RMRJ, são nos três bairros com maior concentração de milícias onde o bolsonarismo teve seu melhor desempenho eleitoral. Nas quatro zonas eleitorais de Campo Grande, bairro com intensa atividade de milícias, Bolsonaro obteve uma média de 57,49% de votos. Em Bangu, palco de confrontos entre milícia e outras facções criminosas, nas três zonas eleitorais, o bolsonarismo obteve 54,2% na média dos votos. Em Santa Cruz, que também possui porções de seu território controlado por milícias,

a extrema direita venceu com cerca de 53% dos votos. Mais ao sul, Guaratiba, outro espaço metropolitano com áreas de controle miliciano, o bolsonarismo venceu com 57,2% dos votos (LEIVA, 2022).

A expansão do controle territorial das milícias nas regiões metropolitanas brasileiras, portanto, é uma das faces do capitalismo de guerra que hegemoniza uma economia política da violência, da destruição e do colapso no Brasil. Como uma das faces desse capitalismo de morte, também encontra respaldo e vocalização nas narrativas bolsonaristas, daí a relação direta entre a miliciarização do espaço e a expansão do bolsonarismo.

Pelo grau de enraizamento social dessas relações que se irradiam no campo e na cidade no Brasil, podemos falar que não estamos diante apenas de uma forma de capitalismo, mas de uma racionalidade que possui lógicas territoriais e de expansão marcadas por uma total irrelevância conferida às vidas despedaçadas pela apropriação privada da terra, dos bens da natureza e da própria vida; por um modo colonial, hierárquico e racista de tratamento das diferenças; por uma noção instrumental da natureza como um obstáculo a ser superado; por um modo autoritário, centralizado e antidemocrático de tomada de decisões; e por uma forma de pensar a política pela produção de inimigos (MALHEIRO; CRUZ, 2020).

Ademais, é importante destacar que essa racionalidade não se expande apenas por relações econômicas, haja vista que a hegemonização desse capitalismo de guerra também se faz pela expansão de circuitos associados às frentes econômicas que redefinem as agendas e homoge-

neízam práticas, comportamentos e narrativas; daí pensarmos esse capitalismo de guerra também como uma forma de comer, de se defender, de ouvir música, de se relacionar com o outro...

A partir daqui, focaremos em dois circuitos associados à dinâmica de expansão das *commodities* no Brasil e que são fundamentais à produção de uma subjetividade que encontra vocalização nas narrativas do bolsonarismo: a expansão dos clubes de tiro e da música sertaneja.

I.5. UMA SUBJETIVIDADE ARMAMENTISTA: A EXPANSÃO DOS CLUBES DE TIRO E O BOLSONARISMO

A lógica de um capitalismo de guerra é tirar, comprar, saquear, roubar, fraudar ou, em último caso, matar quem está em seu caminho. Por isso, quando a privatização de bens coletivos e públicos se torna o projeto, a defesa da propriedade privada vira central, mesmo que esta propriedade seja grilada, roubada ou saqueada. Não importa sua condição jurídica, nem mesmo a maneira violenta de sua aquisição, pois, para esse capitalismo, a criação de mecanismos e estratégias para mantê-la e defendê-la sempre foi a regra. Dessa maneira, a lógica dos capitães do mato, dos jagunços e dos matadores de aluguel vai se generalizando pelo deslizamento da função de defesa da propriedade, atrelada à expansão de uma visão armamentista.

Um dos excelentes mapas feitos por Amanda Rossi e Carol Malavolta, do UOL, para explicar o Brasil que foi às urnas em 2 de outubro de 2022, é o da distribuição espacial da

posse e do porte de armas no Brasil, em termos proporcionais aos números das populações municipais. Os dados dão conta que nos quatro estados com maior número de armas nas mãos de civis, Bolsonaro venceu em todos, sendo eles: Mato Grosso, Rondônia, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ROSSI; MALAVOLTA, 2022).

Do conjunto dos dados, vale destacar o município de Sinop, cuja cidade se configura como um dos polos regionais do agronegócio em Mato Grosso e se apresenta com a maior taxa de porte e posse de armas do país: 2.320 por cem mil habitantes, sete vezes maior que a média nacional que é de 323 por 100 mil habitantes. As jornalistas também revelam que a Delegacia Regional da Polícia Federal de Sinop, que registra armas de 30 municípios do entorno, atestou um número de armas semelhante ao da delegacia da região metropolitana de São Paulo, com população 30 vezes maior (ROSSI; MALAVOLTA, 2022). Nas eleições de 2022, Sinop deu 72,16% (primeiro turno) e 76,95% (segundo turno) a Bolsonaro.

Mas, se há uma relação direta entre os lugares onde mais circularam armas de fogo e a vitória de Bolsonaro, há outra forma espacial que se generalizou nos anos do governo de extrema direita e que também expressa a expansão dessa racionalidade armamentista: os clubes de tiro.

Os municípios com maior média de clubes de tiro em relação à sua população claramente deram vitória a Bolsonaro. Alguns exemplos paradigmáticos são dignos de nota. Blumenau, em Santa Catarina, possui 19 clubes de tiro registrados para uma população de 366.418 mil habitantes (IBGE, 2021). O município de Pomerode, também em Santa Catarina, impressiona

por possuir 34.561 habitantes (IBGE, 2021d) e dispor de nove clubes de tiro registrados (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022). Blumenau deu a vitória a Bolsonaro por 66,74% (primeiro turno) e 75,28% (segundo turno), enquanto Pomerode registrou a marca de 73,17% votos no primeiro turno e impressionantes 80,53% votos no segundo turno para o bolsonarismo.

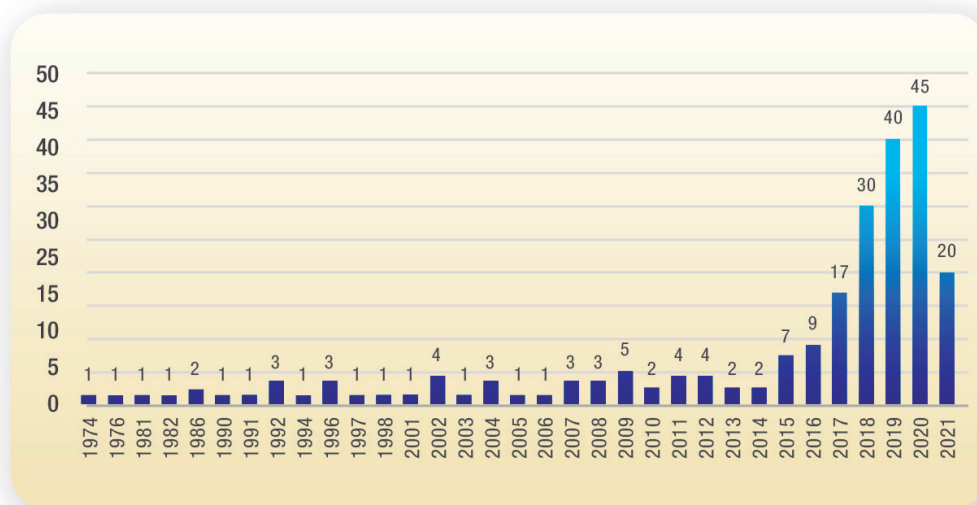
No Paraná, alguns municípios também se destacam pelo número elevado de clubes de tiro, como Guarapuava (com 13), onde Bolsonaro ganhou com 47% (primeiro turno) e 54,21% (segundo turno) dos votos, e Pato Branco, que, com sete estabelecimentos, também deu a vitória a Bolsonaro por 54,06% (primeiro turno) e 61,32% (segundo turno).

Em Minas Gerais, estado em que o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) teve pequena vantagem sobre o candidato do Partido Liberal (PL), os três municípios com maior número de clubes de tiro no estado deram a vitória a Bolsonaro: em Belo Horizonte, com 26 estabelecimentos, o candidato conservador venceu por 46,60% (primeiro turno) e 54,25% (segundo turno) dos votos, enquanto em Uberlândia (com oito clubes de tiro) o percentual foi de 46,37% (primeiro turno) e 53,12% (segundo turno) e, em Uberaba (com sete clubes de tiro), o percentual foi de 46,96 % (primeiro turno) e 54,02% (segundo turno) dos votos para a extrema direita.

Contudo, a violência da defesa da propriedade privada é claramente mais sentida na Amazônia Legal, por isso essa região também vê uma explosão desses estabelecimentos. Se, entre 1974 e 2015, o máximo de clubes de tiro registrados pelo Exército Brasileiro por ano foi sete, a partir da destituição de Dilma Rousseff esses estabelecimentos se generalizaram. Foram nove clubes de tiro abertos em 2016, 17 em 2017, 30 em

2018 e, nos anos do governo Bolsonaro, foram 40, 45 e 20 nos anos de 2019, 2020 e 2021, respectivamente (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Clubes de tiro na Amazônia Legal por ano de abertura



Fonte: Exército Brasileiro (2022).⁴

No Pará, os dois municípios com maior número de clubes de tiro registrados pelos dados do Exército são Redenção e Marabá, com cinco estabelecimentos cada. Ambos também deram a vitória a Jair Bolsonaro. Em Redenção, o governo de extrema direita teve 63,95% (primeiro turno) e 69,24% (segundo turno) dos votos, enquanto em Marabá obteve 49,03% (primeiro turno) e 53,99% (segundo turno) dos votos. Belém, a capital do estado, possui menos clubes de tiro (apenas quatro) registrados do que as duas cidades anteriormente citadas, as quais são absolutamente influenciadas por várias frentes econômicas, principalmente a agropecuária. Redenção, vale ressaltar, teve seus cinco clubes de tiro registrados entre 2018 e 2020.

⁴ Agradecimentos especiais à organização e disponibilização de outros dados pela jornalista Carol Castro, do The Intercept Brasil.

Em Rondônia, os cinco municípios com maior número de clubes de tiro deram votos e, conseqüentemente, vitórias expressivas a Bolsonaro: em Porto Velho, a capital amazônica com o maior número de clubes de tiro (10), o governo conservador teve 56,83% (primeiro turno) e 64,63% (segundo turno); em Ji Paraná, com seis clubes de tiro, a vitória da extrema direita bateu 69,79% (primeiro turno) e 75,47% (segundo turno); em Vilhena, com cinco clubes de tiro, a porcentagem pró-Bolsonaro foi de 71,86% (primeiro turno) e 77,43% (segundo turno); e Cacoal, com quatro clubes de tiro, a porcentagem foi de 69,55% (primeiro turno) e 75,33% (segundo turno).

Em Roraima, as duas cidades com clubes de tiro também deram a vitória à extrema direita. Boa Vista, por 72,26% (primeiro turno) e 79,47% (segundo turno) dos votos, e Rorainópolis, por 67,35% (primeiro turno) e 73,32% (segundo turno) dos votos.

Em Tocantins, estado onde a extrema direita perdeu por pequena margem nos dois turnos das eleições de 2022, todos os municípios com mais de um clube de tiro deram a vitória a Bolsonaro. Em Araguaína, com cinco estabelecimentos, o bolsonarismo ganhou com 52,98% (primeiro turno) e 58,23% (segundo turno) dos votos. Em Palmas, com quatro clubes de tiro, Bolsonaro recebeu a maioria dos votos: 54,70% (primeiro turno) e 60,32% (segundo turno). Em Colinas do Tocantins e Gurupi, a extrema direita ganhou, respectivamente, por 53,58% (primeiro turno) e 58,04% (segundo turno) e por 53,34% (primeiro turno) e 59,26% (segundo turno) dos votos.

O Amazonas possui apenas sete clubes de tiro registrados, cinco deles em Manaus, cuja votação de Bolsonaro subiu de 53,55% no primeiro turno para 61,28% no segundo turno.

No Acre, todos os municípios com clubes de tiro deram a vitória a Bolsonaro. Rio Branco, com três estabelecimentos registrados, por 64,03% (primeiro turno) e 72,51% (segundo turno); Senador Guiomard, com um estabelecimento, por 66,40% (primeiro turno) e 74,02% (segundo turno); e Epitaciolândia, também com um clube de tiro, por 67,18% (primeiro turno) e 73,20% (segundo turno) dos votos.

No Amapá, há apenas três clubes de tiro registrados na capital do estado, Macapá, que ampliou a votação de Bolsonaro de 45,98% no primeiro turno para 54,92% no segundo turno.

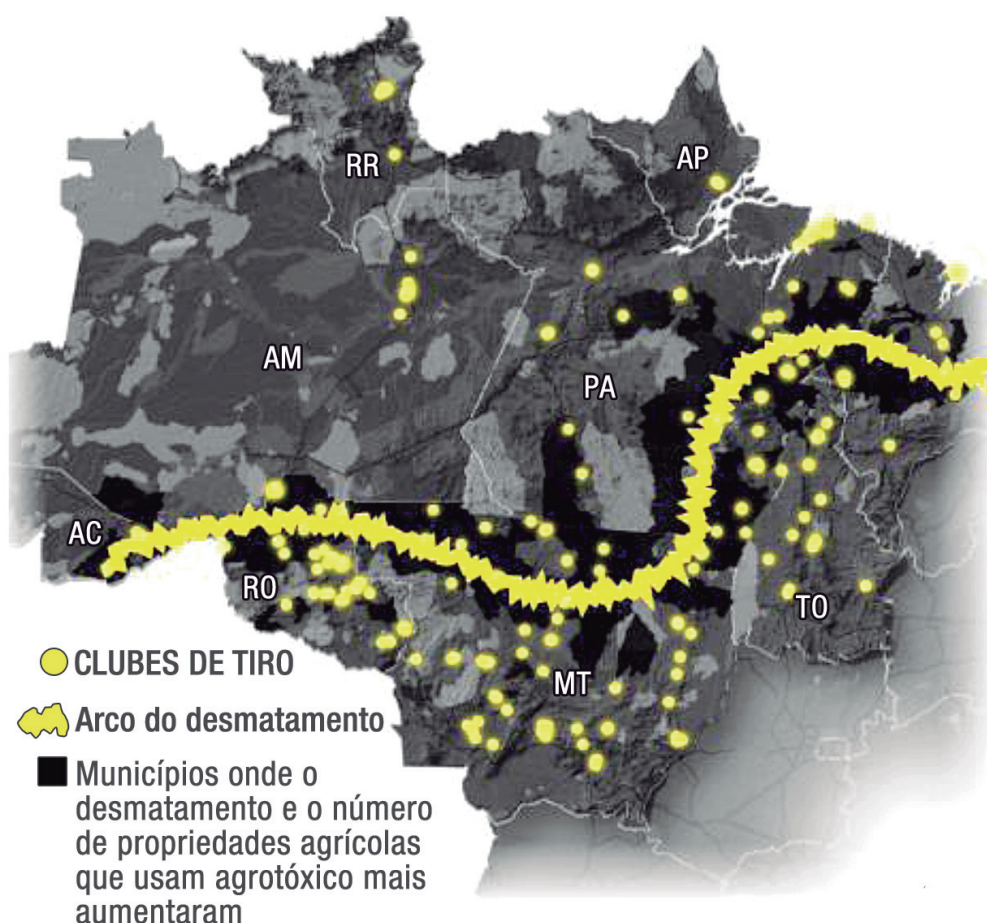
No Maranhão, Imperatriz, com o mesmo número de clubes de tiro registrados que a capital São Luís (três estabelecimentos), mas com uma população quatro vezes menor, deu a vitória a Bolsonaro por 49,3% (primeiro turno) e 54,79% (segundo turno) em um estado onde Lula ganhou por 68,84% (primeiro turno) e 71,14% (segundo turno) dos votos.

No Mato Grosso, dos 45 municípios que possuem clubes de tiro registrados pelo Exército, 40 deram a vitória a Bolsonaro; o restante dos municípios deu a vitória a Lula, geralmente, por margens pequenas.

A jornalista Carol Castro e a equipe do *The Intercept Brasil* construíram uma animação gráfica que demonstra claramente a sobreposição da instalação dos clubes de tiro na Amazônia com a expansão do agronegócio, do uso de agrotóxicos e do desmatamento (Figura 5). A justaposição entre as áreas onde se instalam os clubes de tiro e o arco do desmatamento demonstra que tais equipamentos se relacionam a uma racionalidade necrocapitalista, além de fazerem parte de uma estratégia

de pilhagem e apropriação privada da terra que precisa do uso da violência e da devastação sistemática da natureza; engrenagem capitalista essa que melhor pode ser pensada como uma guerra permanente aos povos amazônidas.

Figura 5 – Sobreposição espacial dos clubes de tiro e o arco do desmatamento



Fonte: Prodes/Ibama/Larissa Bombard/USP (CASTRO, 2022)

A expansão dos clubes de tiro acompanha a expansão das *commodities* e até ultrapassa essas fronteiras, reafirmando a hegemonia do bolsonarismo pelos lugares onde se es-

tabelece. Na Amazônia, em particular, um necrocapitalismo se constitui entre a expansão do gado, da soja, da mineração, do garimpo, da madeira e de outros negócios que são acompanhados por queimadas, pelo desmatamento, pelo uso de agrotóxicos e, também, pela expansão dos clubes de tiro. Aprender a atirar para “se defender” faz parte do rol das narrativas propaladas pela extrema direita. Não sem razão, a ritualização de equipamentos de morte, como armas, é parte central da estética bolsonarista.

Entretanto, outro circuito – ainda mais ligado à capacidade de agendamento cultural que possuem as engrenagens desses negócios de morte – também é fundamental de ser compreendido: o do sertanejo; circuito esse que, na sequência, buscamos esclarecer.

1.6. O BOLSONARISMO E SUA AGENDA CULTURAL

As regiões para onde se expandem as *commodities* agrícolas e minerais também observam uma mudança significativa em sua agenda cultural. A expansão da pecuária, da soja, do milho e de outras *commodities* sempre é acompanhada de um novo calendário de feiras, exposições e eventos ligados ao setor. Em muitos lugares onde os centros de movimentação cultural giravam em torno de festividades religiosas e de reuniões de centros comunitários, observamos uma reconstrução dos calendários culturais por uma forte influência do agronegócio: vaquejadas, cavalgadas, festas agropecuárias, exposições e grandes shows de artistas nacionais começam a fazer parte dos lugares para onde a pecuária, a soja, o milho e outras *commodities* se estabelecem. Nesse movimento, as cidades para onde esses negócios chegam começam a

ver sua vida cultural mudar de figura, sobretudo quando os espaços de expressão artística passam a ser monopolizados por apenas um estilo musical e as rádios locais começam a repetir as tendências definidas por uma indústria cultural ligada ao agronegócio.

Destarte, uma verdadeira engrenagem comercial se estabelece entre festas e exposições agropecuárias; prefeituras municipais, que encampam e patrocinam eventos; empresários, geralmente ligados à música sertaneja e a um conjunto de artistas deste mesmo gênero musical. O escândalo de Gustavo Lima, que recebeu R\$800 mil da prefeitura do município de São Luiz, em Roraima – que possui população estimada em 8.232 habitantes e o segundo pior PIB do seu estado (IBGE, 2021 e) –, para fazer um show na 24^a edição da Vaquejada e da 13^a Feira de Agronegócios do município, não é um caso isolado. Além do mais, não é sem razão que, apesar do escândalo, o governo de extrema direita tenha ganhado no município de São Luiz, em Roraima, com 65,53% (primeiro turno) e 72,22% (segundo turno) dos votos.

A hegemonia musical do ritmo denominado pela indústria cultural de sertanejo universitário, ultrapassa o fato de que boa parte dos artistas do gênero terem se posicionado a favor de Jair Bolsonaro. Por isso, salientamos que a relação entre o sertanejo universitário e o bolsonarismo precisa ser colocada, introduzindo outros atores nessa relação, como os sindicatos patronais do agronegócio, que geralmente promovem as festas agropecuárias; as prefeituras municipais, que costumam bancar total ou parcialmente essas festas, assim como diversos empresários, que criam um verdadeiro circuito do agrossertanejo.

A posição dos setores patronais da economia política do agronegócio no Brasil é muito clara e favorável a Bolsonaro, logo, também não é isolado, embora seja exemplar, o fato do Sindicato dos Produtores Rurais de Imperatriz – reduto bolsonarista no Maranhão – realizar um pronunciamento afirmando a não aceitação do show do cantor João Gomes no parque de exposições da cidade, após o artista declarar seu voto em Lula.

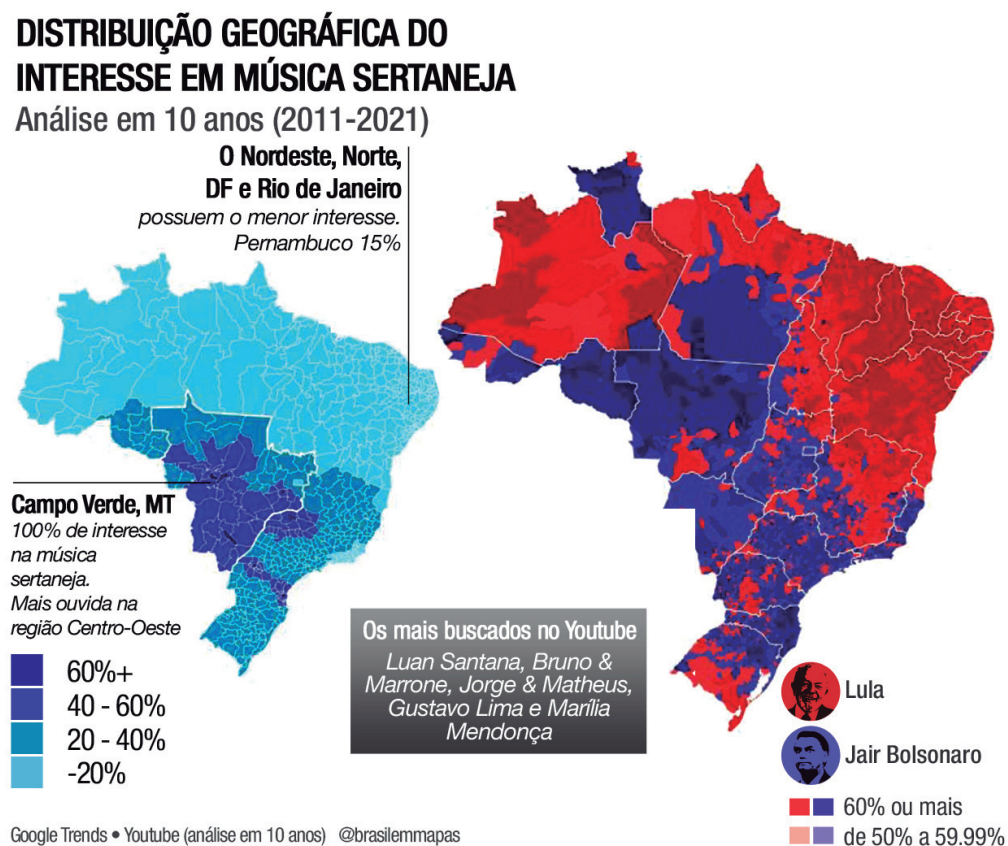
Há, portanto, uma indústria musical e do entretenimento que se expande juntamente às *commodities*, transformando as referências culturais dessas regiões de fronteira do agronegócio e de outros negócios de mercantilização da natureza e da vida.

Em vista disso, não se trata tão somente de uma hegemonia musical do sertanejo universitário. É, também, a expansão de um modo de comer predominantemente carne vermelha, de um modo de se vestir, de um modo de pensar o mundo refratário às diferenças e de um modo de pensar a liberdade como manutenção de privilégios. Ou seja, há um modo de ver o mundo gestado pela racionalidade necroeconômica da expansão das *commodities* que encontra um elo nas narrativas do bolsonarismo.

Mas há elementos concretos que nos permitem pensar espacialmente esses movimentos que estão no plano da produção da subjetividade. A página “Brasil em Mapas” divulgou um mapa que, a partir de dados coletados no Google Trends de buscas no YouTube, mostra a distribuição geográfica do interesse pela música sertaneja no território brasileiro. As regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul são onde o interesse pelo gênero é maior, coincidindo, então, com as regiões em que o bolsonarismo mais se estabeleceu e, consequente-

mente, venceu as eleições com ampla diferença (Figura 6). O município de Campo Verde, apontado como o que mais possui interesse no sertanejo, deu vitória à extrema direita com 64,53% dos votos no segundo turno.

Figura 6 – Distribuição geográfica do interesse pela música sertaneja e o mapa do segundo turno das eleições 2022

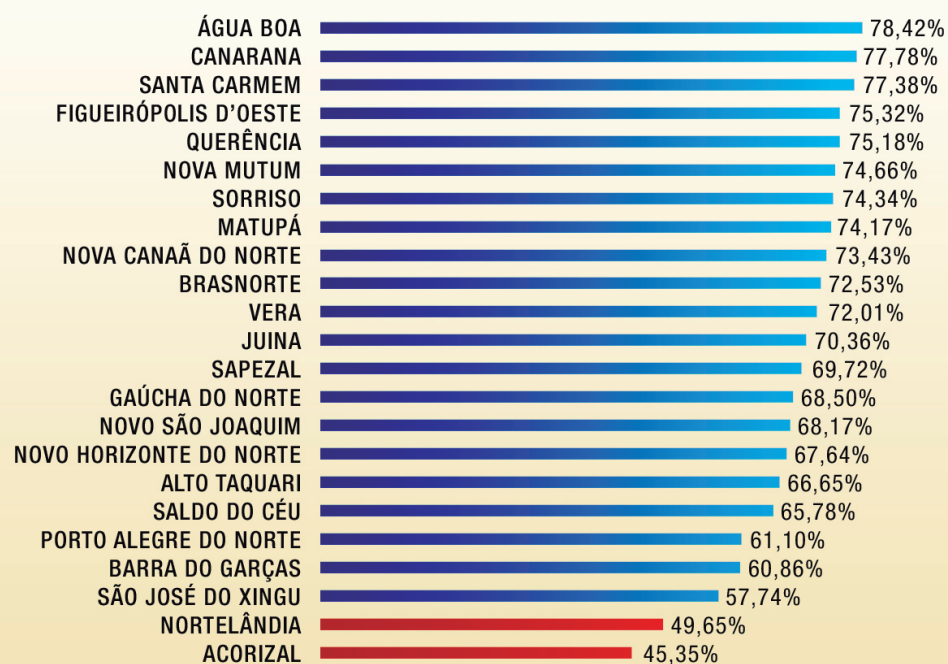


Fonte: Brasil em Mapas (2021) e VEJA O RESULTADO... (2022).

Percorrendo as agendas dos últimos meses dos principais artistas sertanejos do Brasil, veremos que o circuito desses artistas ocorre majoritariamente em municípios bolsonaristas. Voltando a Gustavo Lima, dos 15 municípios brasileiros de sua agenda no mês de outubro de 2022, Bolsonaro venceu em 14. Da agenda nacional de Jorge e Mateus, no mesmo mês, dos 10 municípios percorridos, em oito Bolsonaro venceu. Da agenda de João Bosco e Vinícius, são oito municípios que deram vitória a Bolsonaro, dos 11 agendados para outubro deste ano. Em relação à dupla João Neto e Frederico, a extrema direita venceu em 8 dos 10 municípios de sua agenda em outubro. Por fim, os sertanejos Henrique e Juliano percorreram cinco municípios no mês de setembro e em todos Bolsonaro foi vitorioso nas eleições.

Essa engrenagem entre prefeitura, festas agropecuárias, empresários, sindicatos patronais e artistas, exposta com o caso de Gustavo Lima, gerou repercussão por uma “CPI do Sertanejo” que, de fato, não ocorreu. Entretanto, o ministério público (MP) do Mato Grosso resolveu investigar 24 municípios por suspeita de irregularidades na contratação de shows. Dos 24 municípios investigados, em 22 Bolsonaro ganhou no segundo turno (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Bolsonaro x Lula nos municípios investigados pelo MP de Mato Grosso por irregularidade na contratação de shows



Fonte: MP INVESTIGA... (2022) e TSE (2022).

Todas as sobreposições espaciais aqui feitas entre os mapas de expansão das *commodities* agrícolas e minerais e seus outros circuitos associados e os mapas eleitorais da vitória do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro apontam-nos que a cadeia de relações que sustenta esse capitalismo de guerra, bem como a racionalidade inscrita em seus processos de territorialização, apresenta as linhas de força que definem as experiências políticas de autoritarismo que estamos vivendo contemporaneamente.

Há uma geografia do bolsonarismo se constituindo pelo desenho dessas distintas geografias até aqui expostas, o que demonstra uma aproximação entre dinâmicas de territorialização capitalistas por processos de espoliação e a construção de legitimidades políticas das narrativas do bolsonarismo. Porém, não é apenas a geografia desse capitalismo de morte que sustenta a força e a hegemonia do bolsonarismo em determinadas regiões. Outras geografias também se constituem e se encontram com o bolsonarismo.

A partir daqui, entramos no que iremos chamar de geografia do negacionismo, de modo a entendermos outras engrenagens espaciais do bolsonarismo.

CAPÍTULO 2

A GEOGRAFIA DO NEGACIONISMO NO BRASIL:

A Pandemia e o Bolsonarismo

“É provavelmente a suspeita do caráter fictício de sua própria ‘psicologia de grupo’ que torna as multidões fascistas tão inabordáveis e impiedosas. Se parassem para raciocinar por um segundo, toda a encenação desmoronaria, e só lhes restaria entrar em pânico.”

Theodor Adorno

“O súdito ideal do governo totalitário (...) é aquele para quem já não existe a diferença entre o fato e a ficção.”

Hannah Arendt

Assim como a escolha por um capitalismo de guerra produz subjetividades que encontram respaldo no bolsonarismo, também é necessário investigar a emergência de outros afetos e subjetividades na sociedade brasileira, os quais, da mesma forma, encontram vocalização nas narrativas bolsonaristas. O negacionismo, por sua vez, parece-nos ser o afeto central que, com força eleitoral, e considerando os dados de mortalidade e letalidade da pandemia da Covid-19, ganha espacialidade e uma geografia bastante perceptível.

Aqui, acompanhamos o raciocínio do filósofo Rodrigo Nunes, que define o negacionismo como um valor fundante do nosso tempo, como um afeto essencial ao nosso estado anímico; enfim, uma forma de afirmar fantasias que soam como respostas, mesmo que irracionais, ao tempo de insanidades que estamos vivendo, entre pandemia, mudanças climáticas, estagnação econômica, sobrecarga de informações, precarização da vida e deslegitimação das instituições (NUNES, 2021, 2022).

Nesses termos, o negacionismo se apresenta como uma resposta às frustrações, uma forma de esquecer o que está lá fora, uma maneira de repudiar a realidade criando ficções, fantasias e delírios para o alargamento da segurança e para garantir que, mesmo diante de tanta instabilidade material e emocional, tenha-se coragem de enunciar-se politicamente (NUNES, 2022).

Entretanto, ao instrumentalizar o negacionismo, o bolsonarismo oferece um repertório sem fim de fantasias e delírios para cotidianamente municiar a criação de um mundo paralelo; mundo esse que não se estabeleceria

sem o volume de desinformação que as plataformas digitais circulam. Da mesma forma, o negacionismo também é instrumentalizado pelas redes sociais e pela racionalidade algorítmica, ambas responsáveis pela criação de um ambiente absolutamente positivo para o exercício do delírio coletivo, isso porque, uma combinação de plataformas garante que se crie um ambiente fechado e internamente coerente. Nesse particular, portanto, a degradação da linguagem, a crise dos regimes de verdade tradicionais, o apartamento da experiência e do sentido tornam-se ato quando o bolsonarismo usa de todas essas ferramentas para a instrumentalização do negacionismo.

Contudo, essa rede de desinformação tem consequências concretas e a pandemia da Covid-19 provou isso da pior maneira possível. É por essas consequências que nos aproximamos de uma certa geografia do negacionismo a partir dos dados do Ministério da Saúde, coletados em 10 de outubro de 2022 (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022).

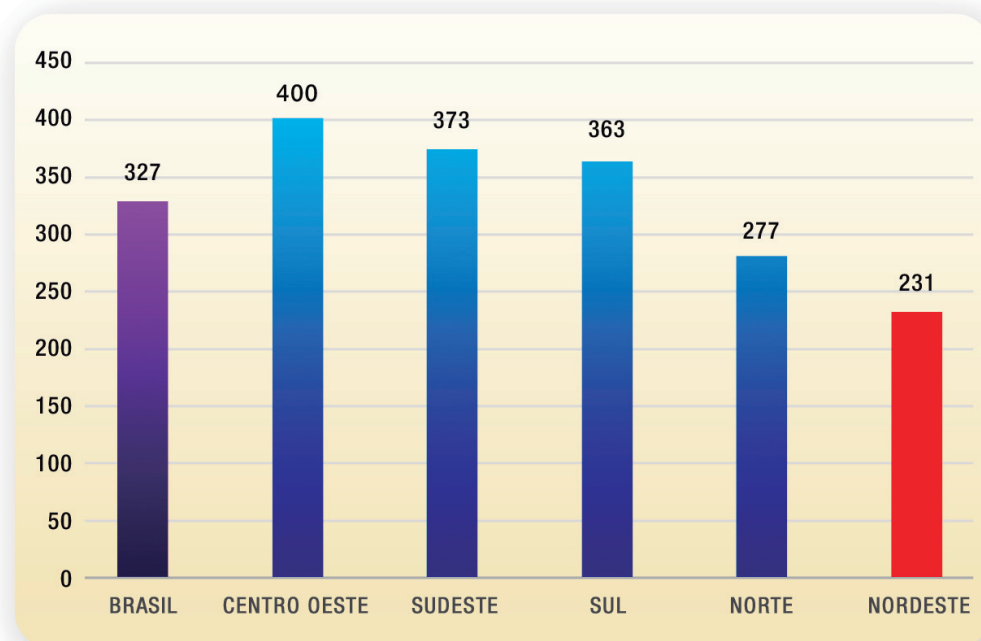
Inobstante, não podemos esquecer que essa geografia do negacionismo, em parte, também se sobrepõe à geografia de expansão de um capitalismo de guerra. Não sem razão, a região Centro-Oeste – com maior rebanho bovino e maior produção de soja – também é a região do país que registrou o maior índice de mortalidade por Covid-19: são 400 mortes a cada 100 mil habitantes, enquanto o índice de mortalidade do Brasil é de 327 por 100 mil habitantes. A combinação entre essas geografias, a da expansão das frentes do agronegócio e a da expansão dos circuitos negacionistas, também conferiu ao Centro-Oeste uma posição destacada em termos de votação em Bolsonaro, com 60,2% dos votos no segundo turno de 2022.

Ademais, as outras duas regiões que deram vitória a Bolsonaro – Sudeste e Sul – são a segunda (373 óbitos por 100 mil habitantes) e a terceira (363 óbitos por 100 mil habitantes), respectivamente, no ranking das regiões com maior índice de mortalidade no Brasil. No Sudeste, o candidato da extrema direita venceu com 54,2%, enquanto na região Sul ele saiu vitorioso com 61,9% dos votos no segundo turno.

Na região Norte, onde Lula venceu no primeiro turno e perdeu por uma pequena diferença no segundo turno, o índice de mortalidade é de 277 mortes por 100 mil habitantes, bem abaixo da média nacional. Entretanto, os números da região só não são menores porque alguns estados os puxam para cima, como é o caso de Rondônia (414 mortes por 100 mil habitantes) e Roraima (359 mortes por 100 mil habitantes), ambos vencidos por Bolsonaro. No Amazonas, terceiro estado com maior índice da região, com 346 óbitos por 100 mil habitantes, Lula saiu vitorioso, porém, em Manaus, cidade que mais elevou o índice de mortes no estado, Bolsonaro venceu.

No Gráfico 5 demonstramos as regiões brasileiras e seus índices de mortalidade. As marcadas em azul deram vitória a Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2022 e as em vermelho registram a vitória de Lula.

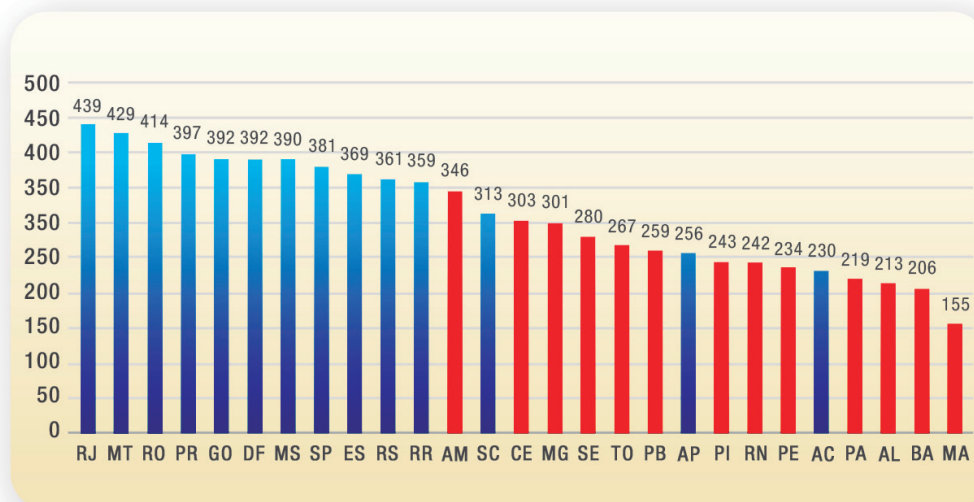
Gráfico 5 - Proporção de óbitos por Covid-19 por 100 mil habitantes nas regiões do Brasil



Fonte: Coronavírus Brasil (2022).

Se mudarmos a escala de observação das regiões para os estados, vamos perceber que Bolsonaro ganhou em 14 estados no segundo turno das últimas eleições. Dos 14, onze são os territórios estaduais com maior média de mortes por Covid-19 no Brasil, sendo que Santa Catarina está na 13ª posição, atrás do Amazonas, vencido por Lula, mas, como já afirmado anteriormente, com média elevada pela cidade de Manaus, que conferiu vitória ao bolsonarismo. Os únicos estados onde Bolsonaro venceu e estão entre as unidades da federação com menores médias de mortes são o Acre e o Amapá. O Gráfico 6 nos mostra o ranking de mortalidade dos 27 estados e a indicação em cores do candidato vencedor no segundo turno (Bolsonaro em azul, Lula em vermelho).

Gráfico 6 - Índice de mortes por Covid-19 por 100 mil habitantes



Fonte: Coronavírus Brasil (2022).

Se os dados regionais e estaduais demonstram que, onde a mortalidade por Covid-19 foi mais intensa, há uma propensão ao voto em Bolsonaro, os dados municipais não serão diferentes.

A letalidade da Covid-19 no Brasil, com dados de outubro de 2022, está em 2% e a mortalidade em 327 pessoas a cada 100 mil habitantes. Se considerarmos que a letalidade e a mortalidade têm uma relação direta com a maior exposição da população ao vírus pela não utilização das medidas de distanciamento social e/ou à dinâmica do processo vacinal, vamos constatar que, onde esses números são maiores, a tendência é que o negacionismo se irradie com mais força. Fizemos o exercício de analisar os 20 municípios com maior mortalidade e com letalidade acima de 3,5% (bem maior que a média nacional) e que tiveram mais de 100 óbitos por Covid-19, além de verificarmos a escolha eleitoral deles: dos 20

municípios com maiores taxas de mortalidade e letalidade, apenas dois deram vitória ao candidato do PT, enquanto 17 escolheram Bolsonaro e um apresentou empate entre os candidatos, como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Municípios com maior mortalidade e letalidade por Covid-19 e sua escolha eleitoral

Município	Estado	Número de Casos	Óbitos	Letalidade	Casos por 100 mil habitantes	Vitória em segundo turno
São Caetano do Sul	SP	20.432	964	4,72%	595,22	Bolsonaro
Dracena	SP	5.923	268	4,52%	569,69	Bolsonaro
Santa Helena de Goiás	GO	4.671	220	4,71%	566,89	Bolsonaro
Miracema	RJ	2.946	143	4,85%	526,63	Lula
Catanduva	SP	15.816	628	3,97%	512,67	Bolsonaro
Rio de Janeiro	RJ	484.433	34.102	7,04%	505,38	Bolsonaro
Barra de São Francisco	ES	5.370	223	4,15%	495,79	Bolsonaro
Itararé	SP	6.353	251	3,95%	495,64	Bolsonaro
Guará	SP	2.572	105	4,08%	492,77	Empate
Andradina	SP	6.913	281	4,06%	491,24	Bolsonaro
Petrópolis	RJ	20.933	1.488	7,11%	485,2	Bolsonaro
Arapongas	PR	15.181	584	3,85%	467,91	Bolsonaro
Itapeva	SP	11.728	438	3,73%	462,01	Bolsonaro
Niterói	RJ	56.023	2.369	4,23%	459,72	Lula
Santa Isabel	SP	6.316	266	4,21%	458,89	Bolsonaro
Governador Valadares	MG	31.686	1.245	3,93%	442,99	Bolsonaro
Santo André	SP	67.541	3.191	4,72%	442,35	Bolsonaro
Itajubá	MG	10.026	419	4,18%	430,48	Bolsonaro
Manaus	AM	206.015	9.504	4,61%	428,19	Bolsonaro
Votorantim	SP	11.730	529	4,51%	428	Bolsonaro

Fonte: Brasil.io (2022).

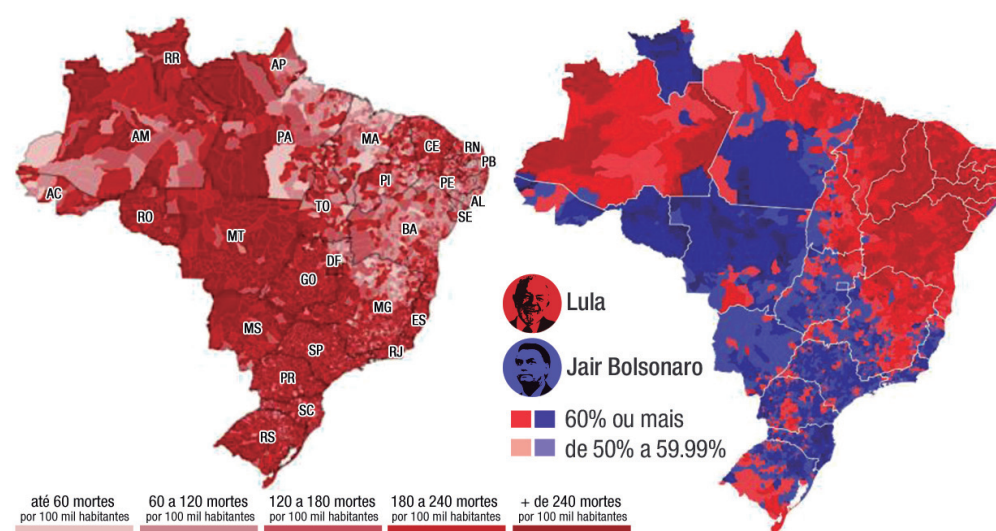
Dos municípios citados, alguns são dignos de nota, como São Caetano do Sul (SP), que possui um pouco mais de 160 mil habitantes e é o município com maior índice de mortalidade, entre todos com mais de 20 mil habitantes no Brasil. Os municípios do Rio de Janeiro e Petrópolis também apresentam os maiores índices de letalidade em função de um conjunto de fatores associados, dentre eles: a maior exposição ao vírus, o número de idosos na população e a precariedade do sistema de saúde. Os três municípios mencionados deram vitória ao bolsonarismo. O último município a ser destacado na Tabela 1 é Manaus, onde o atraso na compra de respiradores causou uma verdadeira tragédia, que, por sua vez, não foi o suficiente para mudar a escolha da maioria da população por Bolsonaro.

Em levantamento feito por Jonas Martins, do Portal Metrôpoles, dos resultados do primeiro turno das eleições de 2022 em municípios com mais de 20 mil habitantes, Bolsonaro venceu em 87 dos 100 municípios com maior mortalidade por Covid-19. Já nos 30 municípios com população superior a 100 mil habitantes e maiores índices de mortalidade por Covid-19, Bolsonaro venceu em 28, ou seja, em mais de 93%, apenas Niterói (RJ) e Ituiutaba (MG) deram a vitória a Lula (MARTINS, 2022).

A Figura 7 aproxima o mapa de mortalidade por município no Brasil e o mapa eleitoral do segundo turno das eleições de 2022. A comparação expressa uma geografia do bolsonarismo que coincide com uma geografia da mortalidade por Covid-19, chamada nesta pesquisa de geografia do negacionismo. A sobreposição mais evidente entre as duas variáveis nos mapas está nas regiões Centro-Oeste, Sul e

Sudeste, pelo conjunto de argumentos já expostos aqui, mas vale destacar, também, os estados de Rondônia e Roraima e algumas sub-regiões de expansão das *commodities*, como o sudoeste, oeste e sudeste do Pará, o sul do Tocantins e o sul do Amazonas, na região Norte, onde as variáveis também se cruzam fortemente.

Figura 7 – Mortalidade por Covid-19 e Mapa Eleitoral 2022



Fonte: MORTES E CASOS... (2022) e VEJA O RESULTADO... (2022).

A pandemia do novo coronavírus revelou uma espacialização do negacionismo no Brasil que coincide com uma geografia do bolsonarismo. O fato de o Brasil possuir cerca de 2,7% da população mundial, mas ter registrado cerca de 13% das mortes por Covid-19 em todo planeta, demonstra que o negacionismo faz

parte de uma necropolítica⁷ (MBEMBE, 2016, 2018) bolsonarista, a qual deixou morrer boa parte da população que poderia ter sido salva se não se tivesse atrasado a compra de vacinas, se não houvesse uma campanha cotidiana de desinformação por parte do governo que brincou, ironizou, ridicularizou e, sobretudo, negou a pandemia.

A justaposição entre negacionismo e bolsonarismo sendo expressa pelos índices de mortalidade e letalidade da pandemia também demonstra a força desse afeto que nega, inclusive, a morte. Estamos falando, portanto, de uma distribuição desigual das mortes por Covid-19 no Brasil como expressão de uma geografia do negacionismo, a qual, por sua vez, também se sobrepõe à legitimidade eleitoral do bolsonarismo.

Entretanto, além da geografia de um capitalismo de guerra e de uma geografia do negacionismo, outra dinâmica espacial, associada logicamente às outras duas geografias analisadas, expande-se na sociedade brasileira e, também, é fundamental para a definição da geografia do bolsonarismo: a expansão da fé evangélica, a qual será lida e analisada em seguida.

⁷ Mbembe (2016, 2018) chama de necropolítica o processo racial de naturalização da morte e da degradação e desintegração social ligado à dinâmica de expansão capitalista e à produção de uma “humanidade supérflua”, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital que não apenas se deixa morrer, mas se mata deliberadamente.

CAPÍTULO 3

A GEOGRAFIA DO BRASIL EVANGÉLICO E O BOLSONARISMO

“O capitalismo neoliberal deixou em sua esteira uma multidão de sujeitos destruídos, muitos dos quais estão profundamente convencidos de que seu futuro imediato será uma exposição contínua à violência e à ameaça existencial. Eles anseiam genuinamente um retorno a certo sentimento de certeza – o sagrado, a hierarquia, a religião e a tradição.”

Achile Mbembe

“Deus, mesmo, se vier, que venha armado.”

Guimarães Rosa

A expansão das igrejas evangélicas é fato há muito tempo no Brasil. Também é fato a proximidade política, principalmente no âmbito do legislativo, das lideranças evangélicas que constituíram partidos políticos e historicamente se atrelaram a diversas bancadas hegemônicas no Congresso Nacional. Entretanto, o que estamos presenciando no atual momento no Brasil é a transformação das igrejas evangélicas – entre pentecostais e neopentecostais – em canais de difusão das narrativas do bolsonarismo, ou, em outras palavras, em dispositivos de capilarização popular das narrativas negacionistas instrumentalizadas por redes de desinformação. Assim, a individualização do sucesso, a transformação dos acertos e erros em escolhas de fé, a leitura do mundo como uma guerra santa e a necessidade de convencimento e arregimentação de novos fiéis são afetos que circulam nas igrejas evangélicas e encontram vocalização nas narrativas bolsonaristas.

Esses afetos da teologia da prosperidade se aproximam da racionalidade neoliberal do empreendedorismo de si. A individualização do sucesso como dogma precisa flertar com o negacionismo para que, num mundo absolutamente desigual e injusto, portanto, repleto de frustrações, renove-se sempre a ideia de que é possível vencer. As ficções e fantasias negacionistas, nesse sentido, ganham espaços de adesão e reprodução nesse ambiente religioso. De novo as narrativas bolsonaristas oferecem um repertório grande de discursos, imagens, capilarizadas por redes de desinformações, que vocalizam esses afetos.

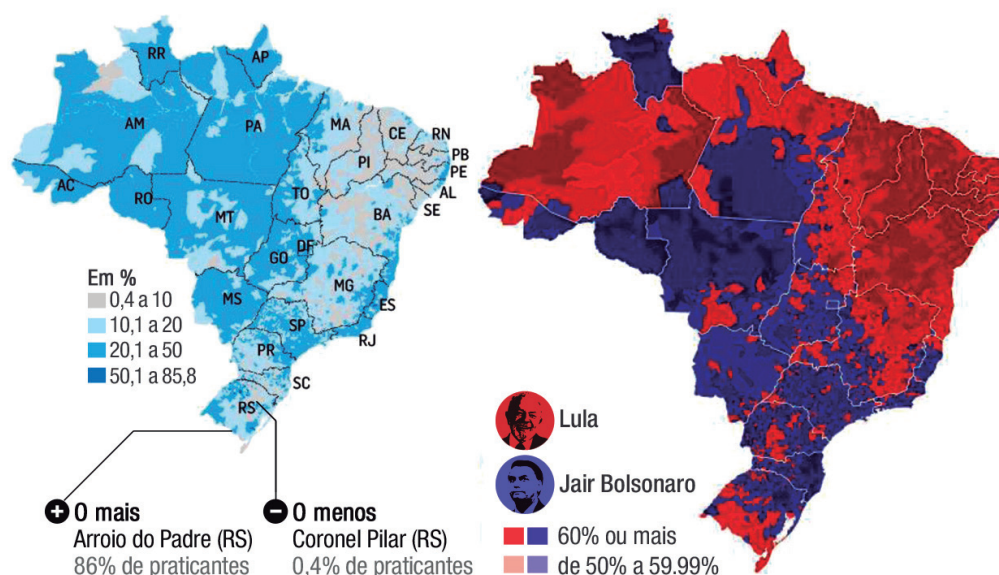
A aproximação entre os mapas de distribuição espacial dos evangélicos no Brasil e o mapa das eleições presiden-

ciais de 2022 já nos dá uma exata impressão de um conjunto de sobreposições que indicam o seguinte: onde há maior parcela da população evangélica, o bolsonarismo é mais forte e, portanto, a força eleitoral de Bolsonaro é maior.

Os dados sobre a distribuição das preferências religiosas no Brasil infelizmente ainda são de 2010 (IBGE, 2010), pelo atraso do Censo de 2020. Todavia, mesmo com essa defasagem de doze anos, há sobreposições nítidas entre as duas variáveis quando aproximados os critérios “preferência religiosa evangélica” e “preferência eleitoral”.

A Figura 8, por sua vez, demonstra de imediato essa aproximação. À esquerda, o mapa do Brasil evangélico exhibe a distribuição espacial dos praticantes da fé evangélica em 2010. Em tons de azul, apresentam-se os municípios que possuem pelo menos mais de 10% de sua população evangélica, de modo que os tons mais escuros representam o aumento desse percentual. À direita, o mapa eleitoral presidencial do segundo turno de 2022. As sobreposições são nítidas e bastante expressivas, definindo espacialmente o encontro do Brasil evangélico com o Brasil bolsonarista.

Figura 8 – Aproximação entre a geografia do Brasil evangélico e a geografia do bolsonarismo



Fonte: JUNIOR; GOULART e FRIAS (2021) e VEJA O RESULTADO... (2022).

No Norte, destacam-se como mais evangélicos os estados de Rondônia, Roraima e Acre, além do sul e sudeste do Pará e do noroeste do Amazonas. De todos os estados e sub-regiões citadas, apenas no noroeste do Amazonas o candidato da extrema direita não venceu. Nas demais sub-regiões o bolsonarismo obteve vitória eleitoral. As cinco capitais mais evangélicas do Brasil estão nessa região e todas elas escolheram o bolsonarismo.

Em Rio Branco, a capital mais evangélica com 39,54% de evangélicos, Bolsonaro venceu com 64,03% (primeiro turno) e 72,51% (segundo turno) dos votos; em Manaus, com 35,19% de evangélicos, a extrema direita ganhou com 53,55% (primeiro turno) e 61,28% (segundo turno) dos votos; em Palmas, com 32,77% da população de evangélicos, o candidato da extrema direita recebeu 54,70% (primeiro

turno) e 60,32% (segundo turno) dos votos; em Porto Velho, com 32,16% de evangélicos, Bolsonaro recebeu 56,83% (primeiro turno) e 64,63% (segundo turno) dos votos; e em Boa Vista, com 32,09% de evangélicos, o bolsonarismo mostrou sua força com 72,26% (primeiro turno) e 79,47% (segundo turno) dos votos.

Em partes significativas das regiões Sudeste e Sul do Brasil, bem como no Centro-Oeste, há sobreposições entre o maior percentual da população evangélica e o bolsonarismo, principalmente nesse último espaço regional. Goiânia (GO) e Campo Grande (MS) aparecem em sexto e sétimo lugar dentre as capitais mais evangélicas; a primeira com 32,07% de evangélicos e a segunda com 30,22% de evangélicos. Em ambas, Bolsonaro ganhou: em Goiânia com 56,09% (primeiro turno) e 63,95% (segundo turno) e em Campo Grande, com 54,56% (primeiro turno) e 62,65% (segundo turno) dos votos.

A força evangélica no Sudeste e Sul do país também é digna de nota, pois há sobreposições nítidas, com destaque à faixa litorânea dessas regiões. Ainda se tomarmos os dados do IBGE (2010) e verificarmos o município mais evangélico do Brasil, Arroio do Padre (RS), com 86% de sua população se afirmando evangélica, perceberemos que nele Bolsonaro ganhou por 76,87% dos votos no primeiro turno e por 83,17% dos votos no segundo turno, ou seja, o décimo município com maior votação da extrema direita. Mas se o Brasil evangélico – bastante evidente entre o Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do país – coincide em muitas regiões e sub-regiões com o bolsonarismo, torna-se nítido que a pequena penetração da religião evangélica no Nordeste, em comparação às outras regiões, é um dado evidente para expressar a derrota do bolsonarismo nessa porção do território brasileiro.

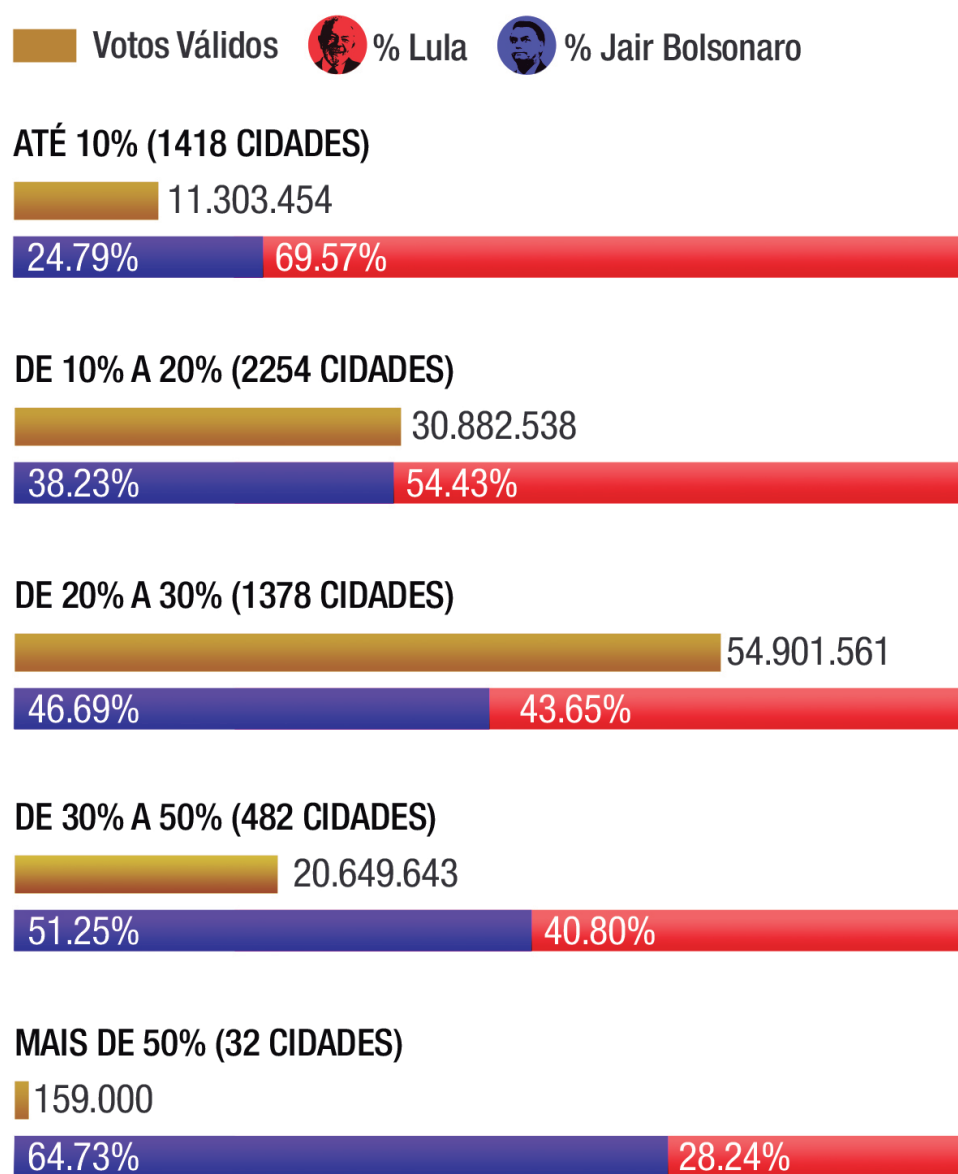
Lógico que esse é apenas um dado dentre muitos outros. Porém, considerando a instrumentalização bolsonarista das igrejas evangélicas no período eleitoral, trata-se de um dado a se considerar, pois a questão religiosa tornou-se questão central nas eleições. Basta observarmos um estudo apresentado à Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) que demonstra, segundo estimativas estatísticas, que Bolsonaro obteve mais de 14 milhões de votos de vantagem a Lula entre os evangélicos, entretanto, Lula teve mais de 10 milhões de votos a mais que o bolsonarismo entre católicos, quase 6 milhões de votos a mais entre os sem religião e quase 600 mil votos a mais entre eleitores de outras religiões (CARNEIRO, 2022).

Em levantamento feito pelo UOL, ainda com os dados do primeiro turno das eleições presidenciais e, também, a partir de dados do IBGE (2010), há um detalhamento do encontro entre a geografia do bolsonarismo com a geografia do Brasil evangélico. Nos municípios em que a população é até 10% formada por evangélicos, Lula venceu, em média, por 69,57% contra 24,79% de Bolsonaro. Nos municípios entre 10% e 20% de evangélicos, Lula venceu em média por 54,43% contra 38,23% do seu adversário. Nos municípios cuja população evangélica gira entre 20% e 30%, Bolsonaro já vence por, em média, 46,69% contra 43,65% de Lula. Onde o número de evangélicos é de 30 a 50% da população, o bolsonarismo é vencedor com, em média, 51,25% dos votos, contra 40,80% de Lula. Mas nos municípios com mais de 50% da população evangélica, a vitória de Bolsonaro, em média, é por 64,73% contra 28,24% de Lula.

Tomando como fonte as informações do IBGE (2010)

e do TSE (2022), a Figura 8, feita pela reportagem supracitada, demonstra com maior nitidez os dados anteriormente apresentados.

Figura 9 – Lula X Bolsonaro por quantidade de evangélicos nos municípios



Fonte: Mello (2022).

Nota-se, portanto, que a geografia do Brasil evangélico instrumentaliza e encontra a geografia do bolsonarismo. As sobreposições diversas expressam uma relação orgânica que transforma a fé em uma mercadoria eleitoralmente valiosa e utilizada como forma de hegemonização pelo bolsonarismo.

PARA (RE)PENSAR O BRASIL POR OUTRAS GEOGRAFIAS

“Fomos, por muito tempo, embalados pela história de que somos a humanidade. Enquanto isso, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra.”

Ailton Krenak

As geografias do bolsonarismo são atravessadas e retroalimentadas por outras três geografias: a geografia da expansão de um capitalismo de guerra, a geografia do negacionismo e a geografia do Brasil evangélico. Isso demonstra que determinados processos espaciais explicam e dão concretude ao bolsonarismo, demonstrando, ainda, que existem relações, formas, racionalidades e subjetividades que convergem a ele ou se encontram vocalizadas por suas narrativas.

A dificuldade de o bolsonarismo ser representado nas metodologias tradicionais de pesquisa eleitoral também se relaciona a essas geografias. O impulso ao voto passa, em muito, por processos violentos de assédio eleitoral protagonizado pelos principais atores desses processos socioespaciais. Fala-se isso porque se tornou prática comum e generalizada a pressão de fazendeiros em seus trabalhadores – e, por vezes, até mesmo na população dos municípios onde estão suas fazendas – para o voto em Bolsonaro.

Essa também é a prática de alguns sojicultores, madeireiros, donos de garimpo ilegal, pecuaristas, donos de estabelecimentos comerciais e sindicatos patronais. Assim, onde o capitalismo de guerra cria hierarquia, esta é usada como pressão para a adesão ao bolsonarismo. Da mesma forma acontece nas igrejas evangélicas, no âmbito das quais os pastores já até ameaçam de expulsão os fiéis que não se renderem ao bolsonarismo. Também, o negacionismo se efetiva como assédio eleitoral em situações em que se uniformiza o acesso à desinformação. Observa-se, então, que onde há hierarquia social, essa transforma-se em possibilidade de pressão, em um movimento no qual os atores das geografias que sustentam o bolsonarismo transfiguram-se em um exército eleitoral violento.

Nesse sentido, podemos afirmar que estamos diante de uma nova razão neoliberal do mundo (DARDOT; LAVAL, 2016) ou de uma nova governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 1999, 2008a, 2008b) que encontra respaldo e um conjunto de dispositivos de difusão com o bolsonarismo. Entretanto, escolhemos ler esse processo não por suas estruturas gerais, mas por suas extremidades, como sugeriria Foucault. Ler pelo espaço, ou seja, pelos processos espaciais instituintes do bolsonarismo, permitiu-nos chegar às engrenagens de estruturação e difusão desse processo; permitiu-nos, outrossim, sugerir que há geografias que sustentam essa subjetividade autoritária que se espalhou pela sociedade brasileira.

Diante desse grau de enraizamento do bolsonarismo na sociedade brasileira, não podemos construir mudanças reais sem compreender o que está acontecendo, sem perceber esses movimentos espaciais e territoriais hegemônicos que fertilizam o chão do autoritarismo. Dessa forma, lutar contra o bolsonarismo deve ser nossa tarefa primeira e qualquer pensamento libertário no Brasil, no contexto em que vivemos, precisa se direcionar a isso. Porém, também é preciso pensar por outros espaços e territórios e, nesse movimento, essas geografias hegemônicas, anteriormente descritas, que interditam a vida e permitem o bolsonarismo se proliferar, não podem continuar sendo o terreno de nossa imaginação política.

Pensar com o capitalismo de guerra, com o negacionismo e com essa instrumentalização eleitoral da fé evangélica é nos enquadrar na cultura dos rodeios, na lógica da música sertaneja, nas ideias da teologia da prosperidade, bem como em uma forma armamentista e bélica de organização da vida. É deixar que uma racionalidade saída dos esgotos da nossa

história continue definindo nosso olhar, nossas ações, nossos projetos e nossa agenda política.

Concordamos que derrotar o bolsonarismo é tarefa prioritária, mas, para isso, precisamos caminhar com aqueles que nos levem a caminhos absolutamente distintos, para que não andemos em círculos incentivando relações que nos levarão ao abismo autoritário. Sejam quais forem as condições políticas, devemos radicalizar nossas agendas a partir de geografias esquecidas no Brasil do bolsonarismo, pois precisamos ter a capacidade de vocalizar outras narrativas e exercer outras práticas. As três geografias que estruturam o bolsonarismo continuarão ativas na sociedade se não mudarmos radicalmente os lugares a partir dos quais pensamos o que queremos para o país.

O Brasil sempre foi pensado por suas regiões de fronteira, sempre se definiu por suas frentes econômicas, isto é, por esse capitalismo de guerra que descrevemos. Aqueles que estão no caminho desses negócios de mercantilização da natureza e da vida nunca foram tomados como ponto de partida para um outro projeto nacional que, se os reconhecesse, já teria de ser plurinacional, pois estamos falando de nações no plural, historicamente negadas à existência pelo que chamamos Brasil.

Contudo, é importante lembrar que, historicamente, o Brasil também é negacionista. A Amazônia, por exemplo, mesmo sendo a maior região do país, sempre pareceu invisível, sempre foi negada em sua existência para que negócios rentáveis pudessem continuar a existir. É preciso enfrentar a mais dura realidade do nosso tempo: os ritmos de destruição da Amazônia roubam o futuro de todos. Ou aprendemos com os povos que coevoluíram com esse bioma, a caminhar com ele e não contra ele, ou continuaremos fazendo da nossa existência uma guerra

contra a vida na terra, tal como faz o bolsonarismo.

O Brasil ainda expressa a agudização da lógica neoliberal que destrói todas as formas de sociabilidade em nome de um empreendedorismo de si que caminha para um autossacrifício. É esse o ambiente em que a teologia da prosperidade das igrejas evangélicas encontra terreno fértil. Também, precisamos conseguir pensar outras referências comunitárias a partir dos “Brasis” quase nunca vistos, mas que carregam distintas formas de solidariedade.

Há um legado teórico e político oferecido a nós pelos múltiplos povos que nos habitam e r-existem ao bolsonarismo; um repertório capaz de vocalizar agendas necessárias ao nosso tempo e que, mesmo que pragmaticamente pareçam distantes, precisam existir em nosso horizonte. Os nossos povos em r-existência, nesse sentido, oferecem-nos uma verdadeira agenda de transformação.

Se tratamos nossas necessidades de vida no supermercado, alargando o consumo do planeta, nossos povos e comunidades nos oferecem a complementariedade e reciprocidade entre si e com a natureza como modo de diversificar a vida. Se ainda conseguimos ver democracia nesse arranjo político que vivemos, a diversidade étnica que nos constitui nos ensina que não há democracia sem a restituição da capacidade decisória das muitas nações que somos, sobre seus destinos. Se ainda organizamos nossa vida pela propriedade privada, os saberes desses povos que nos habitam nos apresentam diversas experiências de uso comum da terra. Se o direito tem sua face mais crítica na noção de direitos humanos, aqueles que vivem das florestas, rios e mares nos oferecem a ideia da natureza como portadora de direitos. Se a propriedade privada também definiu nossas

formas legais de reconhecimento da propriedade, a luta pelas autodemarcações de povos nos dá formas ágeis de reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados. Se o capitalismo se expressa como uma forma de masculinizar os espaços, a luta das mulheres indígenas, por exemplo, aponta-nos um modo de ver o mundo comum pela reprodução e pelo cuidado. Se a nossa sociedade envenenou a comida e tornou o “agro pop”, esses povos nos ensinam técnicas milenares de produção de alimentos saudáveis e um saber-fazer comida como uma forma de reunião e não de individualização.

Enfim, é a partir dessas outras geografias que podemos mudar os rumos e as bases em que se assenta a geografia do bolsonarismo, de modo que consigamos imaginar e praticar outras formas de usar, organizar, sentir e pensar o mundo mais além da racionalidade necroeconômica e negacionista que sustenta o autoritarismo, pensando e agindo, assim, com e não contra a vida, ou indo, como sugere Coccia (2016), dos pontos de vista aos pontos de vida.

Essas outras geografias, além de nos oferecerem outro legado teórico e político, apontam-nos outros horizontes éticos radicalmente distintos dos que agora matam o mundo. Ouçamos, portanto, Ailton Krenak (2019) quando nos alerta que o nosso descolamento da terra é a escolha por uma existência vazia. Ouçamos, também, David Kopenawa (2016) Yanomami quando nos diz que não somos só nós que vivemos nessa terra e que, portanto, precisamos ouvir a floresta. Ou ouvimos esses conhecimentos ancestrais e construímos outros rumos, prioridades e agendas políticas, ou continuamos guiando nossos caminhos por essas geografias de morte e destruição que sustentam o bolsonarismo.

As Geografias do Bolsonarismo, breve resumo

Este texto sustenta a tese de que há um conjunto de geografias em curso no território brasileiro, que legitimam o bolsonarismo como uma subjetividade autoritária, ou seja, que há movimentos espaciais e territoriais hegemônicos que fertilizam o chão do autoritarismo no Brasil.

O que chamamos de bolsonarismo não se resume à família Bolsonaro. Estamos diante de uma racionalidade política, de um conjunto de comportamentos, discursos e dispositivos, ou seja, de uma maneira de ver o mundo, que se difunde ancorada em relações e formas que se espalham atreladas às dinâmicas de acumulação por espoliação que se tornaram hegemônicas na sociedade brasileira.

Três são os processos que constroem as bases espaciais à proliferação do bolsonarismo, a saber: 1) a expansão de uma geografia das *commodities* agrícolas e minerais; 2) a expansão de uma geografia do negacionismo, instrumentalizada por narrativas fantasiosas e delirantes, que tiveram efeitos reais durante a pandemia da Covid-19; e 3) a expansão de uma geografia da fé evangélica, que capilariza subjetividades refratárias às diferenças. A geografia do bolsonarismo é, portanto, atravessada, definida e retroalimentada por essas três geografias, cujos movimentos espaciais e territoriais conti-

nuam ativos. Nesse sentido, também sustentamos a ideia de que a vitória eleitoral contra o bolsonarismo, conquistada em 2022, só se transforma em vitória política com um amplo movimento de desmobilização dessas geografias hegemônicas, as quais interditam a vida e permitem que dinâmicas autoritárias se proliferem.

Esse movimento passa pela necessidade de pensarmos nossas agendas políticas a partir de outros espaços e territórios esquecidos e atacados pela geografia do bolsonarismo, para que, assim, consigamos imaginar e praticar outras formas de usar, organizar, sentir e pensar o mundo com e não contra a vida.

Referências

ABIEC. **Beef report**: perfil da pecuária no Brasil 2020. São Paulo: ABIEC, 2020. Disponível em: https://abiec.com.br/wp-content/uploads/SUM%C3%81RIO-BEEF-REPORT-2020_NET-4.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

ABIEC. **Beef report**: perfil da pecuária no Brasil 2021. São Paulo: ABIEC, 2021. Disponível em: <https://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2021/>. Acesso em: 18 out. 2022

BERNARDELLI, L.V.; MICHELLON, E. O impacto da religião no crescimento econômico: uma análise empírica para o Brasil em 1991, 2000 e 2010. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 489-523, jul./set. 2018.

BRASIL. DETER/PRODES. **Observação da Terra – INPE**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter/deter#:~:text=O%20INPE%20enfatiza%20que%20o,como%20taxa%20mensal%20de%20desmatamento>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. DETER/PRODES. **Observação da Terra – INPE**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/deter/deter#:~:text=O%20INPE%20enfatiza%20que%20o,como%20taxa%20mensal%20de%20desmatamento>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL EM MAPAS. **A distribuição geográfica do gênero musical sertanejo no Brasil**. Petrolina de Goiás, GO, 23 ago. 2021. Facebook: Brasil em Mapas. Disponível em: <https://www.facebook.com/brasilemmapas/posts/366851171828062/>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL.IO. Especial covid-19. **Brasil.io**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://brasil.io/covid19/>. Acesso em: 19 out. 2022.

BURGOS, M. **A matriz ideológica da milícia e o fenômeno Bolsonaro**. In: Le Monde Diplomatique Brasil. Acervo Online, 27 de abril de 2021. Disponível em <https://diplomatique.org.br/matriz-ideologica-da-milicia-e-o-fenomeno-bolsonaro/>. Acesso em 20 out. 2022.

CARNEIRO, L. Católicos e sem religião ajudaram Lula a contrapor preferência por Bolsonaro entre evangélicos, aponta estudo. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 out. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/31/catolicos-e-sem-religiao-ajudaram-lula-a-contrapor-preferencia-por-bolsonaro-entre-evangelicos-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2022.

CASTRO, C. Amazônia sitiada. **The Intercept**, São Paulo, 9 nov. 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/11/09/sob-bolsonaro-clubes-de-tiro-explodem-em-areas-de-conflito-da-amazonia-legal/>. Acesso em: 19 out. 2022.

COCCIA, Emanuelle. **A vida das Plantas**: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2016.

CORONAVÍRUS BRASIL. Painel Coronavírus. **Coronavírus Brasil**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2022.

COUTO, M. et al. Bolsonaro venceu nas cidades mais desmatadas da Amazônia no primeiro turno; veja o mapa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 out. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/bolsonaro-venceu-nas-cidades-mais-desmatadas-da-amazonia-no-primeiro-turno-veja-o-mapa.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2022.

CPT. **Cadernos de Conflito no Campo no Brasil 2021**. Goiânia: CPT, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

EXÉRCITO BRASILEIRO, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://dfpc.eb.mil.br>. Acesso em: 19 out. 2022.

FOREST GIS. Mapas avulsos. **Forest Gis**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://forest-gis.com/mapas-avulsos/>. Acesso em: 10 out. 2020.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005

HENRIQUE E JULIANO. Início. **Henrique e Juliano**, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.henriqueejuliano.com.br/>. Acesso em: 19 out. 2022.

IBGE. Produção agropecuária no Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Atlas da diversidade cultural. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pentecostal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Produção agropecuária no Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Produção agropecuária no Brasil. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/>. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Cidades: Cumaru do Norte. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/cumaru-do-norte.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Cidades: Blumenau. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/blumenau.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Cidades: Pomerode. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/pomerode.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

IBGE. Cidades: São Luiz. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2021e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/sao-luiz.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

JBS. **Relatório anual de sustentabilidade: JBS 2021**. São Paulo: JBS, 2021. Disponível em: <https://jbs.com.br/wp-content/uploads/2022/08/-relatorio-anual-e-de-sustentabilidade-jbs-2021.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

JUNIOR, P. G. GOULART, M. FRIAS, P. “Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. In: *Cad. Metrópole*, Vol. 23, N. 51, May-Aug, 2021.

KOPENAWA, David; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 21-53, 2014.

MALHEIRO, B. C. P. **O que Vale em Carajás?** Geografias de exceção e r-existência pelos caminhos do ferro na Amazônia. 2019. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MALHEIRO, B. C. P.; CRUZ, V. C. Geo-grafias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolitico do território. **Geographia**, Niterói, v. 21, n. 46, p. 18-31, maio/ago. 2019.

MALHEIRO, B. C. P.; PORTO-GONÇALVES, C.W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Expressão Popular: Rosa Luxemburgo, 2021.

MANZOLLI, B.A.; RAJÃO, R. **Boletim do ouro**: 2021-2022. Belo Horizonte: CSR/UFGM, 2022. 1 slide. Disponível em: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2022/09/boletim-ouro_.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

MARTINS, J. Bolsonaro venceu em 87 das 100 cidades com maior mortalidade por Covid. **Portal Metrôpoles**, São Paulo, 07 out. 2022. Disponível em: <https://www.metrosoles.com/brasil/eleicoes-2022/bolsonaro-venceu-em-87-das-100-cidades-com-maior-mortalidade-por-covid>. Acesso em: 19 out. 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MELLO, I. Bolsonaro teve maior votação em cidades com mais evangélicos. **UOL**, São Paulo, 2022. Eleições 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/15/bolsonaro-teve-maior-votacao-em-cidades-com-mais-evangelicos.htm>. Acesso em: 19 out. 2022.

MORTES E CASOS e coronavírus nos municípios brasileiros. **GI**, São Paulo, 18 nov. 2022. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/2021/mapa-cidades-brasil-mortes-covid/>. Acesso em: 19 out. 2022.

MP INVESTIGA 24 cidades de MT por shows com dinheiro público; uma delas é Sorriso, onde Zé Neto criticou Lei Rouanet e Anitta. **GI**, Cuiabá, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2022/06/01/mp-diz-que-vai-investigar-24-prefeituras-de-mt-que-contrataram-artistas-nacionais-com-dinheiro-publico.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2022.

NUNES, R. O presente de uma ilusão: estamos em negação do negacionismo? **Revista Piauí**, São Paulo, Edição 174, mar. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-presente-de-uma-ilusao/>. Acesso em: 18 out. 2022.

NUNES, R. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Editora Ubu, 2022.

ROSSI, A.; MALAVOLTA, C. Eleições 2022: 7 mapas que explicam quem é o Brasil que vai às urnas amanhã. **UOL**, São Paulo, 01 out. 2022. Eleições 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/01/mapas-para-entender-o-brasil-que-vai-as-urnas.htm>. Acesso em: 19 out. 2022.

SALOMÃO, C. et al. Amazônia em chamas 8 – desmatamento, fogo e pecuária em terras públicas. **IPAM Amazônia**, Manaus, 27 out. 2021. Documentos e relatórios. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-8-desmatamento-fogo-e-pecuaria-em-terras-publicas/>. Acesso em: 12 out. 2022.

SIMEX. Mapeamento da exploração madeireira na Amazônia: agosto 2019 a julho 2021. **Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira**, Belém, 2021. Disponível em: <https://www.icv.org.br/website/wp-content/uploads/2021/09/info-simex-amazonia-2020-mod-03-02set2021.pdf>. Acesso em: 19 out. 2022.

TSE. Resultado das eleições 2022. **Tribunal Superior Eleitoral**, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em: 01 nov. 2022.

VEJA O RESULTADO do 2º turno das eleições 2022. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 out. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/31/veja-o-resultado-do-2o-turno-das-eleicoes-2022.gh.html>. Acesso em: 01 nov. 2022.

Bruno Malheiro é professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), é mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

É coordenador do Laboratório de Estudos em Território, Interculturalidade e R-Existência na Amazônia (LaTierra). Além de ser autor de vários artigos em revistas especializadas, é um dos autores do livro *Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo* (Rosa Luxemburgo e Expressão Popular, 2021) e corroteirista do filme “Pisar Suavemente na Terra”, lançado, em 2022, pela Amazônia Latitude Filmes.





“Bruno Malheiro realiza um trabalho árduo, mas imprescindível: revelar as bases geográficas e territoriais, por meio das quais se alicerçou o bolsonarismo para sua estruturação e difusão no Brasil – se alicerçou e se alicerça pois, infelizmente, como sabemos, a extrema-direita se consolidou no país e, depois de se fortalecer do primeiro para o segundo turno e quase vencer as últimas eleições, não promete nos deixar tão cedo.”

Rogério Haesbaert

